



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DOS FUNDOS DE PENSÃO



4ª Edição

Práticas, Riscos e Oportunidades ESG
(Environmental, Social and Corporate Governance)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DOS FUNDOS DE PENSÃO

Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade

agosto/2014





Índice

Mensagem do Diretor-Presidente	6
Introdução	8
A contribuição dos Fundos de Pensão para o desenvolvimento sustentável do Brasil	9
Relatório de Sustentabilidade dos Fundos de Pensão	10
A Previdência Complementar no Brasil	14
Os Stakeholders das EFPCs - Engajando a Cadeia de Valor	16
Por que é importante relatar o desempenho do setor?.....	19
Histórico das ações desenvolvidas pela Abrapp.....	19
Apresentação da pesquisa	21
Esclarecendo conceitos	22
Desempenho Econômico	24
Perfil do Setor	25
Patrimônio e Resultado	26
Governança Corporativa e Transparência	28
Definição e Introdução	29
Estruturas e Instrumentos de Governança	29
Relacionamento com as partes interessadas	33
Dimensão Social	38
Público interno	39
Voluntariado e Engajamento Social	43



Meio Ambiente	44
Recursos	45
Emissões, efluentes e resíduos	48
Investimentos Sustentáveis	50
Emissões, efluentes e resíduos	53
Desempenho dos Patrocinadores e Instituidores	58
Governança Corporativa	59
Código de Ética ou Conduta	60
Aspectos Ambientais	60
Aspectos Sociais	61
Desempenho das Empresas Investidas	62
Perfil da Amostra	63
Governança Corporativa	63
Código de Ética ou Conduta	64
Questões Ambientais	64
Questões Sociais	65
Trilhando Novos Caminhos	66
Tendências para o avanço sustentável das EFPCs	67
Sumário Executivo	70
Sumário GRI	74
Anexos	84



Mensagem do Diretor-Presidente



Nos últimos 10 anos a Abrapp - Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem conduzido uma virtuosa jornada de engajamento do setor de Previdência Complementar Fechada brasileiro frente aos desafios da sustentabilidade, contando com um planejamento estratégico sólido e integrado. O reconhecimento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, como formadores significativos de poupança e também como investidores relevantes, evidencia a sua grande capacidade de influenciar positivamente inúmeros setores da sociedade, inclusive nas questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

Sob esta ótica, a Abrapp, tem conduzido o mapeamento e organização das informações Ambientais, Sociais e de Governança nos Fundos de Pensão Brasileiros com o objetivo de delinear caminhos rumo a ações mais sustentáveis, alinhadas às melhores práticas internacionais de transparência e relato.

Na última década, o segmento passou por reforma regulatória que trouxe mais segurança e credibilidade para as instituições envolvidas, contribuindo para a profissionalização da gestão e clara definição dos direitos e deveres dos participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores. Algumas estratégias com o objetivo de fomentar esse mercado fizeram o multipatrocínio tornar-se uma realidade. Além disso, a supervisão baseada em risco e a busca de autorregulação são outros exemplos de avanços. Essa jornada tem conduzido o setor ao atual nível de profissionalização e permitiu consolidar sua credibilidade.

Em 36 anos de história, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP - fez e continua fazendo parte das conquistas e evoluções vividas pelo setor. Atualmente congrega 80% de todas as EFPCs existentes no país, contribuindo para sua organização e posicionamento, e trabalhando de forma integrada para as proposi-

ções de avanço e desenvolvimento. Assumiu o papel de indutora e fomentadora no setor de práticas de inclusão de critérios conhecidos como ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) nas estratégias de atuação e de investimentos.

Em alinhamento com a iniciativa global dos Princípios do Investimento Responsável - PRI - tem apoiado, ao longo dos anos, a inclusão de critérios ESG e a atuação proativa frente às empresas investidas. No ano de 2012 um novo desafio foi estabelecido, através da publicação do Guia de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para os Fundos de Pensão, que passou a orientar e a sugerir indicadores para o reporte de atuação seguindo as Diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI).

O presente relatório dá sequência às ações de transparência, em especial a publicação dos três Relatórios Sociais anteriores. Agora denominado Relatório de Sustentabilidade, passa a seguir o modelo GRI para a divulgação do desempenho do setor, consolidando dados das EFPCs participantes em processo de consulta. O relatório torna ainda mais clara ao conjunto da sociedade a atuação responsável assumida por todo o setor e apresenta o desempenho não apenas da atuação direta, mas a capacidade de influência frente à cadeia de valor. É o posicionamento consciente e proativo do setor, que reforça o nosso compromisso com um país mais justo e próspero.

A Abrapp acredita que o desenvolvimento sustentável e o gerenciamento estratégico e integrado nas organizações das dimensões econômica, ambiental, social e de governança corporativa são essenciais para a perenidade dos negócios. O papel que o segmento de previdência complementar fechada assume diante dos atuais desafios vividos pelo Brasil confere ainda maior relevância para sua forma de atuação.

A participação responsável de todos os atores contribui para que o regime de previdência complementar fechado seja sustentável e usufrua de boa reputação tanto no âmbito interno quanto no internacional. Continuamos a acreditar que é preciso dar força e expandir as condições para que o regime de previdência complementar continue crescendo, seja atrativo para as futuras gerações e se mantenha sustentável ao longo dos anos.

Convidamos vocês a usufruir deste relatório e desejamos uma agradável leitura.


JOSÉ RIBEIRO PENA NETO
Diretor-Presidente



Introdução



A contribuição dos Fundos de Pensão para o desenvolvimento sustentável do Brasil

No Brasil, os Fundos de Pensão exercem importante papel no mercado de capitais como investidores institucionais, administrando grandes carteiras em diferentes tipos de aplicação, desde títulos públicos, créditos privados e depósitos, mas, principalmente, fundos de investimentos. Além disso, muitos Fundos de Pensão têm contribuído para o crescimento do setor da construção civil, devido aos seus grandes investimentos de recursos no mercado imobiliário do país, investindo nos principais shoppings centers e em um grande número de prédios comerciais. A relação direta entre os investimentos realizados pelos Fundos de Pensão e o desenvolvimento do mercado de capitais e imobiliário no Brasil é prontamente percebida e associada. Deve-se notar que esta condição de ator relevante também posiciona as EFPCs como potenciais indutores de mudanças.

Neste contexto, há algum tempo, as EFPCs têm buscado incluir critérios ambientais, sociais e de governança corporativa, além dos aspectos econômico-financeiros, em suas análises de investimentos. Este movimento proporciona um encadeamento positivo que contribui para o desenvolvimento sustentável no país, pois aqueles que recebem parte dos investimentos dos Fundos de Pensão passam também a incorporar fatores Environmental, Social and Corporate Governance (ESG) em suas atividades.

Outra contribuição importante dos Fundos de Pensão é a de tornar os trabalhadores participantes interessados na economia, no crescimento das empresas e, consequen-

temente, no país, uma vez que, em essência, são eles os titulares das ações das empresas das quais as EFPCs participam. Esta é uma entrega de valor importante para a sociedade, suportando a economia real e seu crescimento de forma sustentável.

Reconhecendo a sustentabilidade como uma questão fundamental também para os Fundos de Pensão, a Abrapp lançou, em 2012, o Guia de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para EFPCs. O objetivo do guia foi elaborar as diretrizes para formulação de relatórios de sustentabilidade para as EFPCs, mas com intenção também de incentivar um diálogo claro entre todos que fazem parte do setor, engajando participantes, beneficiários, prestadores de serviços, empresas investidas e a sociedade em geral.

Continuando este movimento, a Abrapp apresenta os resultados da Edição de 2013 do seu Relatório de Sustentabilidade. Uma ferramenta construída pela iniciativa de todas as associadas de comunicar, a diversos públicos de interesse do setor, os impactos de suas ações nos campos social, ambiental e econômico, destacando também o empenho do setor em governança corporativa e reforçando a ligação positiva da previdência complementar com a qualidade de vida, a cidadania e o compromisso com as gerações futuras.



Relatório de Sustentabilidade dos Fundos de Pensão



O presente relatório dá sequência ao histórico da Abrapp, que envolve iniciativas e ações de comunicação e de transparência, levando em consideração que os diferentes públicos com os quais os Fundos de Pensão se relacionam esperam que se comportem de forma responsável, conduzindo suas atividades em sintonia com os conceitos de sustentabilidade. O objetivo deste trabalho é demonstrar o envolvimento de suas associadas frente à gestão de seus impactos socioambientais, de suas estratégias de governança corporativa e do seu compromisso com a sustentabilidade. Conforme realizado em anos anteriores (2007, 2008 e 2010), o relato também se propõe a promover o engajamento do setor, encarando o desafio de consultar os Fundos de Pensão associados para identificar posicionamentos e práticas que viabilizam a construção de ações perenes e positivamente impactantes.

É possível observar que um número cada vez maior de instituições tem buscado adotar processos de gestão mais preocupados com questões de sustentabilidade. Dessa forma, a Abrapp, compartilhando da leitura de cenários atuais e futuros, acredita que o relatório de sustentabilidade se apresenta como instrumento importante para suas associadas, ao agregar e comunicar informações sobre os impactos do nosso setor – sejam positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. O relatório torna-se, portanto, uma fonte estruturada de informações relevantes, confiáveis e compreensíveis, permitindo que nossas associadas tenham uma

visão setorial do estágio atual e esforços sobre questões relacionadas à sustentabilidade. Além disso, este instrumento poderá auxiliar as EFPCs no estabelecimento de metas, no monitoramento do desempenho e na gestão de mudanças, com a finalidade de tornar suas operações mais sustentáveis.

Nas próximas páginas apresentamos o desempenho do setor e nos propomos a ir além, identificando e analisando *gaps* e estabelecendo planos de ação para que novos desafios sejam enfrentados. Além disso, esclareceremos questões referentes às melhores práticas e iniciativas que contribuem para que as EFPCs assumam compromissos e gerenciem seus aspectos socioambientais, tanto diretos como indiretos, por meio dos investimentos e da cadeia de fornecedores.

Buscamos transformar este relatório em um material não apenas de reporte, mas em uma ferramenta gerencial para o setor, seus *stakeholders*¹ e também para cada um dos Fundos de Pensão. Com este intuito, apresentaremos ponderações quanto à relevância das ações, ou seja, se estão ligadas ao gerenciamento de impactos econômicos, ambientais e sociais significativos, sejam eles positivos, negativos, efetivos, potenciais, diretos, indiretos, de curto prazo, de longo prazo, esperados ou inesperados.

A Abrapp publicou anteriormente três edições do Relatório Social (2007, 2008 e 2010). Nessa nova etapa, optou por reconstruir seu processo de relato, passando a seguir as dire-

¹ O termo stakeholder refere-se aos públicos considerados partes interessadas na atuação das organizações, ou seja, públicos que, de alguma forma, são afetados pelas atividades ou cujas ações podem impactar a implementação de sua estratégia. São considerados tanto os públicos diretamente envolvidos nas operações da organização, como empregados e fornecedores, como aqueles que mantêm relações de outros tipos, como a comunidade local e sociedade civil, empregados, patrocinadores, instituidores, mercado, órgão fiscalizador, etc. (Tradução Nossa). Fonte: "The Stakeholder Engagement Manual". UNEP, AccountAbility, Stakeholder Research Associates, Vol.1 e Vol. 2, 2005. Disponível em <http://www.accountability.org/images/content/2/0/207.pdf> e <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/WEBx0115xPA-SEhandbookEN.pdf>



trizes do modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI), que é, dentre todos os modelos de relatório de sustentabilidade disponíveis no mercado, o mais difundido. Assim, o objetivo da Abrapp é aprofundar sua estratégia de elaborar um relatório de sustentabilidade relevante, que inclua informações valiosas sobre as questões de sustentabilidade mais cruciais para o setor de previdência complementar fechado brasileiro, bem como tornar o processo de relato de sustentabilidade uma prática padrão entre todas as suas associadas.

A finalidade deste documento é divulgar a atuação social, ambiental e econômica, e ainda mostrar como essas práticas estão integradas à forma de conduzir suas operações e instituir sua governança corporativa. Essa divulgação integrada está refletida na figura ao lado², que demonstra a atuação da Abrapp circundada pelas diversas formas de capitais reconhecidas como fundamentais para nosso sucesso, e que dão bases sólidas para a estratégia de adoção concreta de ações

sustentáveis e do relato de tais ações. Além disso, o Relatório de Sustentabilidade busca ser uma ferramenta de diálogo com as partes que contribuem para o desempenho do setor, promovendo e engajando boas práticas entre participantes, assistidos, empregados, prestadores de serviços, empresas investidas e a sociedade em geral.



² Estrutura baseada na metodologia do Relato Integrado (International Integrated Reporting Council – IIRC).





A Previdência Complementar no Brasil

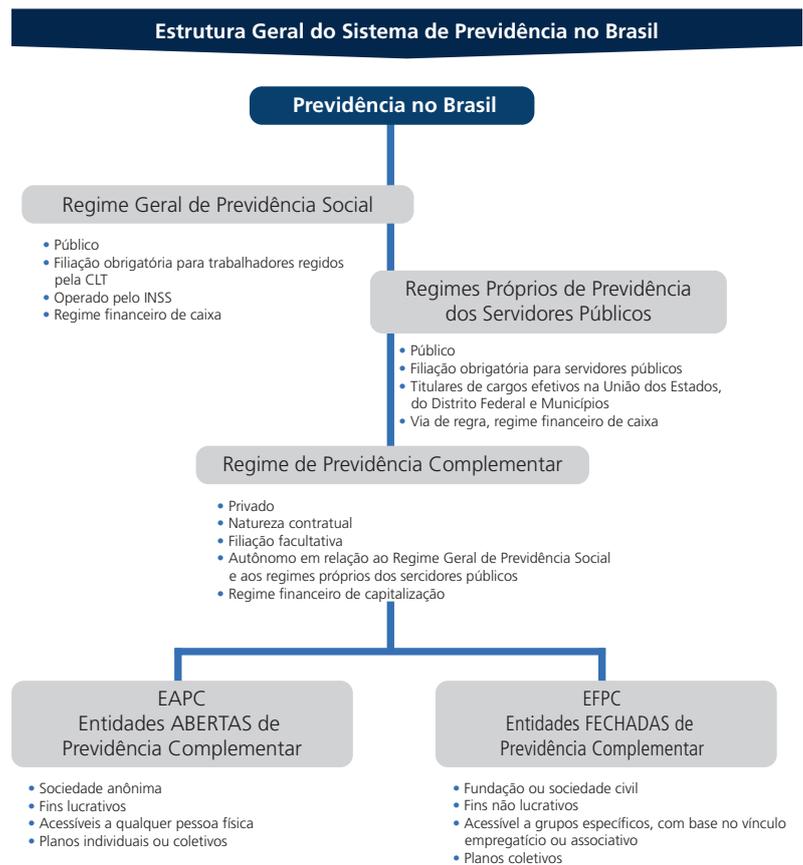


Em 2001, foram promulgadas e sancionadas as Leis Complementares ns. 108 e 109, que dispõem sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil, revogando, assim, as Leis ns. 6.435 e 6.462, de 1977, que regulamentaram a previdência complementar privada. O regime de previdência complementar no Brasil foi organizado em dois níveis: o das entidades fechadas, específicas dos empregados de determinada empresa ou grupo de empresas, e o das entidades abertas, acessíveis a qualquer um que subscreva e custeie o seu plano de benefícios. O regime das entidades fechadas, também conhecidas como Fundos de Pensão, diferencia-se do outro regime por diversos aspectos fundamentais, como o fato de não terem como objetivo a distribuição de lucros e de considerarem fontes de contribuições o trabalhador participante e também sua empresa empregadora.

Em face da acumulação de poupança, os Fundos de Pensão, além da atividade-fim, que é nitidamente social, possuem uma função econômica relevante como investidores. A grande capacidade de investimento das EFPCs consegue alavancar diversos setores da economia, principalmente em segmentos com alta necessidade de capital alocado e retorno no longo prazo.

A previdência complementar é um benefício que garante uma aposentadoria ao trabalhador ou a seu beneficiário. Os valores pagos são definidos pela entidade gestora com base em cálculos atuariais. Em ambos os tipos de previdência complementar, a aberta e a fechada, o trabalhador contribui com uma quantia mensal e, ao final, o saldo acumulado é resgatado ou recebido mensalmente, cumprindo com sua função de garantir uma pensão ou aposentadoria adicional. A estrutura geral da previdência brasileira é um sis-

tema integrado, composto por três grandes regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos e o Regime de Previdência Complementar, como demonstrado na figura a seguir.



Fonte: Consolidado, Previdência Complementar Cartilha do Participante – MPS e SPC, 2008.

A previdência complementar aberta, constituída por Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPCs), opera planos de aposentadoria acessíveis a qualquer pessoa física no mercado. Já a previdência complementar fechada, representada em associação pela Abrapp, é operada por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), onde cada EFPC é uma entidade civil sem fins lucrativos, que mantém planos de previdência coletivos, acessíveis exclusivamente a grupos de trabalhadores de determinada empresa ou entidade de classe, que são responsáveis por administrá-los. As Entidades recolhem as contribuições, aplicam o patrimônio acumulado e pagam benefícios aos assistidos, o que as caracteriza como operadoras do regime de capitalização. Podem, ainda, ser qualificadas de acordo com os planos de benefícios que administram ou por seus patrocinadores ou instituidores. Na categorização dos planos temos:

(i) o comum, quando administram apenas um plano ou conjunto de planos acessíveis ao universo de participantes; ou

(ii) o multiplano, quando administram um plano ou conjunto de planos para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial.

Já quanto aos patrocinadores ou instituidores, as Entidades se diferenciam por serem:

(i) singulares, quando estão vinculadas a apenas um patrocinador ou instituidor; ou

(ii) multipatrocinadas, quando congregarem mais de um patrocinador ou instituidor.

As EFPCs devem seguir princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. Sua atuação é regulada pelo Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC) órgão colegiado vinculado ao Ministério da Previdência Social, composto por representantes do Governo e do Regime de Previdência Complementar. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) é a autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar e supervisionar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Dentro desta função, a Previc verifica, ainda, a execução das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

No âmbito normativo, a Lei Complementar nº 109, de 2001, é de extrema importância para as atividades das EFPCs, pois traz as regras gerais do regime de previdência com-

plementar, operado por Entidades Fechadas ou Abertas, tendo patrocinadores privados ou estatais. A Lei Complementar nº 108, de 2001, traz as regras específicas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar patrocinadas por empresas estatais ou públicas. Toda EFPC deve ter um estatuto e, para cada plano oferecido, deve instituir um regulamento. O custeio dos planos de benefícios é de responsabilidade dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos. Na condição de administradora, a EFPC não participa desse custeio, cabendo-lhe a gestão dos recursos garantidores dos benefícios contratados.

Os Stakeholders das EFPCs – Engajando a Cadeia de Valor

As EFPCs possuem um compromisso com a prosperidade do país, que está ligado à sua própria missão de garantir proteção ao trabalhador e à sua família por meio de uma gestão transparente e profissional dos recursos colocados à sua disposição. Todo trabalhador, quando não pode mais suprir suas necessidades com o produto do seu trabalho – por motivo de doença ou idade –, pode contar, tradicionalmente, com a renda da aposentadoria. Entretanto, na busca de uma complementação de renda, as EFPCs podem oferecer um benefício complementar.

Na condição de investidores institucionais, as EFPCs exercitam o compromisso constante de priorizar os interesses de longo prazo de seus assistidos e de contribuir para o desenvolvimento de um ambiente econômico equilibrado e perene. A forma como atuam e alocam seus recursos financeiros possui capacidade clara de influenciar aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa dos diversos setores econômicos em empresas, fundos de

investimento, empreendimentos imobiliários, mercados de ações, entre outros, nos quais aportam capital. Na figura a seguir, descrevem-se, esquematicamente, os fluxos de interação das EFPCs com alguns de seus stakeholders, e é possível verificar também as potenciais influências que podem ser geradas em termos de impactos sobre cada um deles, como consequência do fluxo de investimentos e do processo de interação.



Fonte: Guia Abrapp de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para EFPCs

Além disso, a quantidade de capital sob gestão torna o setor capaz de contribuir com amplos objetivos da sociedade, colaborando para a promoção de impactos positivos nas diversas dimensões da sustentabilidade, em um processo de interação dinâmico e aprofundado com seus diversos públicos de relacionamento. Considerando toda essa potencial rede de relacionamentos e o vetor financeiro como um indutor para estimular a adoção das melhores práticas por toda rede, a Abrapp, no que se refere à identificação, comunicação, consulta e engajamento das partes interessadas internas e externas, tanto dela mesma, assim como de suas entidades associadas, reconhece a estratégia de engajamento como uma prática fundamental que fornece bases sólidas para suas decisões estratégicas.

Os gestores de recursos das EFPCs possuem posição estratégica para o engajamento de toda a cadeia econômica. O setor administra as economias de milhões de trabalhadores em todo o país, operando para garantir resultados financeiros no longo prazo e permitir que encontrem proteção ao final de sua vida laborativa. São atores relevantes na garantia do bom desempenho econômico e direcionamento de capital para seus setores investidos, operando diretamente,



ou indiretamente, a partir de carteiras terceirizadas, com as principais empresas do país. Estão presentes nos conselhos de administração de várias empresas, participando da gestão estratégica. Importante destacar algumas vantagens potenciais para o trabalhador que decide fazer parte das EFPCs, a saber:

- **Qualidade de vida:** com a previdência complementar, a poupança formada, pouco a pouco, ao longo dos anos, é somada ao benefício oficial do INSS. Os dois benefícios juntos proporcionam melhor qualidade de vida e tranquilidade financeira ao final da sua vida laboral.

- **Finalidade não lucrativa:** como não possuem finalidade lucrativa, a rentabilidade gerada pelas EFPCs será revertida plenamente em favor dos participantes. Desse modo, o trabalhador tem muito mais a ganhar.

- **Segurança:** as EFPCs proporcionam aos participantes uma maior segurança para o futuro. Vive-se o presente com os olhos no amanhã.

- **Proteção familiar:** em caso de eventos adversos, os planos de previdência complementar, em geral, asseguram proteção ao participante, com a aposentadoria por invalidez, e, para sua família, com a pensão por morte.

- **Participação democrática na gestão dos fundos:** as Leis Complementares ns. 108 e 109, de 2001, que dispõem sobre o Regime de Previdência Complementar, resguardam aos participantes e assistidos do plano de previdência complementar a representação nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, assegurando aos mesmos um terço das vagas e o acompanhamento da gestão do seu plano de previdência.

- **Resgate:** ao participante é permitido resgatar (sacar) os recursos, por ele depositados, de sua poupança previdenciária em caso de desligamento do plano e perda de vínculo empregatício. Deve-se ressaltar que permanecer no plano para então receber o benefício integralmente é a opção mais vantajosa para o participante, já que, ao se retirar da previdência complementar, não mais serão concedidos incentivos fiscais, além da perda do benefício futuro.

- **Recomposição do poder aquisitivo:** as EFPCs dão suporte para que os trabalhadores se protejam da perda de seu poder aquisitivo.

O engajamento virtuoso com as partes interessadas pode ajudar a garantir benefícios mútuos em cada relacionamento empreendido, in-

dependente do público. Como exemplos, podemos apontar ações de educação financeira e previdenciária que beneficiam assistidos ou processos de diálogo com empresas participadas acerca de aspectos socioambientais, sendo que ambas as iniciativas contribuem para relacionamentos transparentes com os públicos que impactam e são impactados pela atuação das EFPCs.

A Abrapp acredita que a gestão consciente das relações com a sociedade e com o meio ambiente ajuda a garantir a perenidade das companhias, possibilitando prevenir riscos, mitigar impactos negativos e antecipar oportunidades. Por isso, demonstra seu papel como agente promotor do desenvolvimento ambiental, social e econômico e se posiciona de forma transparente acerca de suas responsabilidades e ações.

Por que é Importante Relatar o Desempenho do Setor?

É cada vez mais comum que os públicos de interesse demandem informações de desempenho das organizações e essa realidade não é diferente para as EFPCs. Participantes, Patrocinadores, Instituidores, Assistidos, Governos e Sociedade Civil, em geral, procuram saber sobre os impactos gerados pelas Entidades. Por isso, visar à construção de legitimidade na atuação e estabelecer relacionamentos respeitosos e inclusivos é o caminho escolhido pela Abrapp para se posicionar frente aos seus *stakeholders*. Além disso, a decisão de empreender um processo de reporte contribui para que as organizações identifiquem aspectos amplos de seus impactos e encontrem informações de oportunidades de melhorias.

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar administra recursos e bene-

fícios de indivíduos que confiam suas reservas a fim de garantir segurança no final de sua vida laboral, por isso, deve corresponder à confiança depositada pelos trabalhadores, promovendo uma gestão voltada ao longo prazo. Além disso, por sua relevância como investidor institucional, deve agir de modo a dar exemplos a sua cadeia de valor, incluindo fornecedores e empresas investidas, e se alinhar às ações de sustentabilidade adotadas por seus patrocinadores e instituidores.

Histórico das Ações Desenvolvidas pela Abrapp

O desenvolvimento sustentável é uma preocupação cada vez mais relevante para a sociedade e para suas instituições. Os impactos ambientais e sociais que são causados diariamente pelo modelo de desenvolvimento vigente no mundo tornam questões como a preservação ambiental, a redução da desigualdade social, o respeito aos direitos humanos e o posicionamento ético grandes desafios da atualidade. Organizações em todo o mundo sabem que inserir a sustentabilidade em sua gestão é fundamental para o sucesso dos negócios.

A Abrapp encarou a missão e tem conduzido ações para que o setor avance na gestão de investimentos de forma responsável e alinhada com o impacto positivo para a sociedade desde 2003. Os esforços começaram com a criação dos Princípios Básicos de Responsabilidade Social Abrapp/Ethos e o apoio ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. Houve também a adesão ao *Carbon Disclosure Project* (CDP). No ano de 2007 foi publicado o primeiro Relatório de Responsabilidade Social Ambiental (RSA) da Abrapp e em 2008, foi criada a Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da Abrapp, reforçando o papel da associação

como uma importante mobilizadora das Entidades nesse tema. Além disso, desde 2012 a Abrapp é grande apoiadora dos *Principles for Responsible Investment* (PRI). Cabe ressaltar as funções da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade:

a) Propor à Diretoria Integrada do Sistema ações voltadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de questões relacionadas a Responsabilidade Social e da Sustentabilidade;

b) Coordenar os projetos existentes referente a Responsabilidade Social e da Sustentabilidade dentre os quais o Carbon Disclosure Project - CDP, Princípios para o Investimento Responsável - PRI. O Relatório Social e outros que venham a ser definidos pela Diretoria ou pela comissão;

c) Conduzir estudos, trabalhos, textos e ações de apoio à ABRAPP e às suas associadas voltados para a Responsabilidade Social e Sustentabilidade;

d) Fomentar a implementação nas associadas das melhores práticas de RSE, por meio da sensibilização e do treinamento de conselheiros, dirigentes e profissionais.

Ao longo dos anos, a Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da Abrapp estruturou os seguintes projetos:

- **2008** – Relatório Social das EFPCs, edição 2008.

- **2009** – Apresentação no 30º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão do painel "A Sustentabilidade dos Fundos de Pensão: Desafios e Oportunidades".

- **2010** – Relatório Social das EFPCs edição 2010; 1º Seminário "A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão no Brasil", da Abrapp; apresentação no 31º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão por meio dos seguintes painéis: (i) Pró-Equidade de Gênero: oportunidades iguais, respeito às diferenças; (ii) Relatório Social das EFPCs: práticas que contribuem para a sustentabilidade no Brasil; e (iii) Relatório Social e seus Reflexos no Processo de Governança dos Fundos de Pensão.

- **2011** – Reformulação da área de "Sustentabilidade" do portal dos Fundos de Pensão; elaboração do modelo customizado do Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) para os Fundos de Pensão; 2º Seminário "A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão no Brasil", da Abrapp; apresentação no 32º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão por meio do painel "Os Investimentos dos Fundos de Pensão e os Compromissos com a Sustentabilidade" abordando: (i) Padrões e métricas de referência, (ii) Princípios e condutas socialmente responsáveis, (iii) Inserção de práticas de investimento responsável nas políticas de investimento, e (iv) Lançamento do CDP 9 – *Carbon Disclosure Project*.

- **2012** – 3º Seminário "A Sustentabilidade e o papel dos Fundos de Pensão no Brasil", da Abrapp; apresentação no 33º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão por meio do painel "Responsabilidade Socioambiental com Rentabilidade" abordando: i) Processos gerenciais sustentáveis; ii) Como trabalhar em prol de uma economia verde?; iii) Como realizar investimentos nesta área?; iv) Como obter a rentabilidade adequada?; v) O quê exigir dos prestadores de serviços? E como comunicar?; vi) As diretrizes para os investimentos socialmente responsáveis; vii) Lançamento do Relatório CDP Brasil 2012; apresentação no 33º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão por meio da palestra técnica "Sustentabilidade nos Fundos de Pensão: lançamento do modelo de Relatório GRI"; produção da cartilha "Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para EFPCs".

A ação mais recente foi o desenvolvimento do "Guia Abrapp para elaboração de relatórios de sustentabilidade para as EFPCs", lançado no Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão de 2012. A cartilha contém di-

retrizes para a formulação de relatórios de sustentabilidade para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar por meio das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Apresentação da Pesquisa

Para a realização da presente análise setorial, a Abrapp, por meio de sua Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade, e em parceria com a consultoria *Quintessa Partners*, disponibilizou uma consulta a todas as suas associadas, visando identificar compromissos, práticas e indicadores de desempenho que permitissem observar a atuação do setor frente aos seus impactos sociais, ambientais, econômicos e de governança corporativa.

A pesquisa esteve disponível entre 21/10/2013 e 15/01/2014, em plataforma online, e contemplava 52 questões, construídas a partir do “Guia ABRAPP para elaboração de relatórios de sustentabilidade para as EFPCs” e dos indicadores da *Global Reporting Initiative*, conhecida como GRI.

Além das EFPCs associadas, foram convidados a participar do processo os seus Patrocinadores e Instituidores e as Empresas Participadas³, respondendo questionários específicos em versões alternativas e simplificadas.

A pesquisa foi encarada como um novo marco de engajamento e tentou demonstrar que gerir aspectos ambientais, sociais e de governança é possível para Entidades de todos os portes. Identificou-se que EFPCs de portes médio e pequeno adotam ações simples, adequadas aos seus impactos, e que significam grande avanço em sua gestão institucional e na alocação de seus investimentos.

Neste ano, foram recebidas respostas de 46 Entidades. Aproximadamente 11% do total de Fundos de Pensão que responderam a pesquisa preencheram parcialmente o questionário. Ainda assim, a inserção de informações foi suficiente para serem consideradas no processo de análise. Contudo, um universo novo de Entidades tomou a iniciativa de participar, apresentando novas informações e permitindo coletar dados que traçam um perfil do andamento do setor frente aos desafios ambientais, sociais e de governança que o cercam.

Classificação dos Participantes da Pesquisa

	Total de Ativoc (dez/2012)	Respondentes
Grupo A	Acima de R\$ 15 bilhões	6
Grupo B	R\$ 2 bilhões a R\$ 15 bilhões	17
Grupo C	R\$ 500 milhões a R\$ 2 bilhões	15
Grupo D	R\$ 100 milhões a R\$ 500 milhões	6
Grupo E	até R\$ 100 milhões	2

Os números informados podem sofrer críticas de preenchimento e consistência, porém a qualidade e a veracidade dos números prestados são de responsabilidade das próprias EFPCs.



³Foram consideradas empresas participadas aquelas nas quais as EFPCs investem ou possuem participação.



Esclarecendo Conceitos



A multiplicidade de termos e estratégias ligados à integração das questões ambientais, sociais e de governança corporativa nas ações corporativas, tanto de EFPCs como de empresas, dificulta o conhecimento e domínio das ações que podem ser tomadas a fim de promover a perpetuidade das organizações. Por isso, para facilitar a leitura e prosseguir no engajamento das melhores práticas, apresentamos a seguir os conceitos que serão encontrados ao longo do relatório e que estão alinhados com o compromisso de garantir a sustentabilidade nos negócios.

Environmental, Social and Corporate Governance (ESG), na sigla em inglês

O termo identifica a incorporação dos temas ambientais, sociais e de governança corporativa na estratégia corporativa. Baseia-se na ideia de que toda organização está inserida em um ambiente e a forma como lida com dimensões que permeiam a organização. Refere-se aos três principais vetores da sustentabilidade nos negócios e é utilizado como critério para investimentos responsáveis.

Principles for Responsive Investment (PRI)

Iniciativa de investidores institucionais, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), que representa o compromisso de levar em consideração na análise de investimentos critérios que não sejam somente econômico-financeiros, visando alinhamento com a sustentabilidade e gerenciamento dos aspectos ambientais, sociais e de governança atrelados. Os signatários também se comprometem a desenvolver normas que regulem os direitos dos acionistas e a promover a abertura e a padronização de informações sobre questões socioambientais e de governança integradas aos relatórios financeiros.

Global Reporting Initiative (GRI)

Organização não governamental holandesa criada com o objetivo de melhorar a qualidade das informações prestadas por organizações do mundo todo. Para isso, desenvolve e dissemina diretrizes e indicadores para relatórios de sustentabilidade, contemplando aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa.

Carbon Disclosure Project (CDP)

Organização não governamental, desenvolvida por iniciativa de investidores institucionais, com o objetivo de obter informações de empresas sobre aspectos relacionados aos fenômenos de mudanças climáticas, considerando esses fatores no processo de decisão de investimentos. Para isso, oferece uma ampla base de dados com informações sobre temas que podem ser incorporados nas estratégias de investimentos. Também é utilizado como ferramenta para que as empresas divulguem informações de gestão relacionadas às mudanças climáticas.

Dow Jones Sustainability Index (DJSI)

Primeiro índice financeiro global a adotar métricas de sustentabilidade em sua composição. Desde o seu lançamento, são incluídas na carteira do índice empresas consideradas líderes na adoção de práticas sociais, ambientais e de governança corporativa em suas estratégias de gestão. Inclui carteiras de nível global (empresas do mundo todo), regional (apenas com empresas da América do Norte, Europa, Ásia e Pacífico ou Mercados Emergentes) e local (empresas do Japão ou da Coreia).

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

É uma ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Foi estruturado em parceria do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVCes) com a International Finance Corporation (IFC) com o intuito de ser um índice de referência em investimentos responsáveis.



Desempenho Econômico

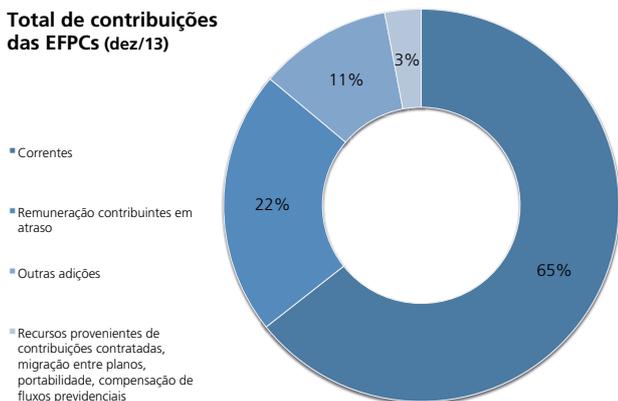


Perfil do Setor

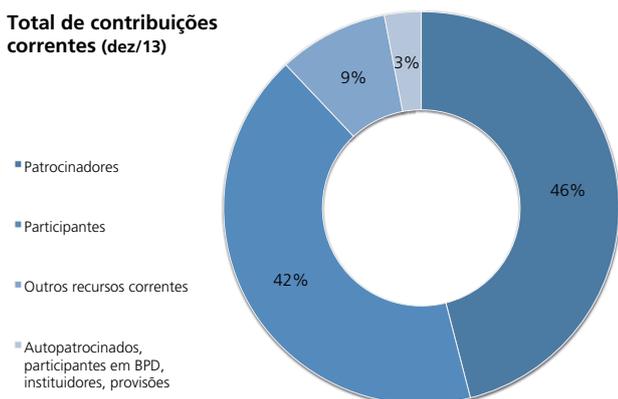
O objetivo de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) é proporcionar proteção previdenciária ao trabalhador, garantindo renda complementar em sua aposentadoria ao final de sua vida laboral. Quando decide participar de um plano, oferecido por meio de sua empresa ou entidade de classe vinculada, passa a contribuir com recursos mensais que irão compor a poupança previdenciária, assim como o patrocinador, que também contribui com parte dos recursos. Segundo dados da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em dezembro de 2013 o setor possuía 321 Entidades, sendo que 266 eram associadas da Abrapp. Já a quantidade de Patrocinadores e Instituidores era de 3.078 para o mesmo período. Ao todo, 3,13 milhões de participantes e assistidos faziam parte de planos de benefícios.

As adições totais das EFPCs em 2013 foram de R\$ 32 bilhões, sendo que as contribuições correntes totalizaram R\$ 20,7 bilhões, representando 65%. Os gráficos a seguir ilustram o cenário:

Total de contribuições das EFPCs (dez/13)



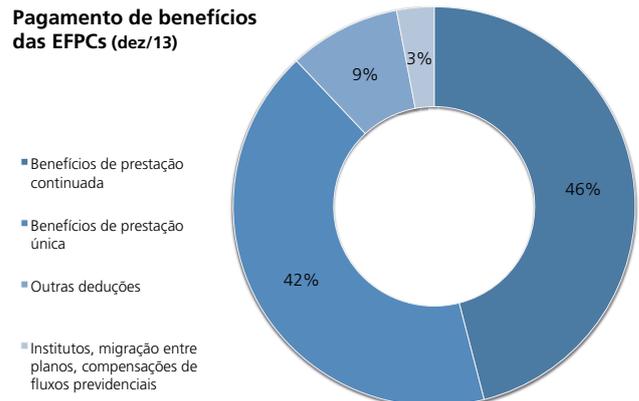
Total de contribuições correntes (dez/13)



Fonte: Estatística Trimestral, PREVIC – Dez/2013.

Por outro lado, o pagamento de benefícios das EFPCs em 2013 totalizou R\$ 48,5 bilhões, sendo 67% destinados a benefícios de prestação continuada com R\$ 32,6 bilhões.

Pagamento de benefícios das EFPCs (dez/13)



Fonte: Estatística Trimestral, PREVIC – Dez/2013.

Os benefícios de prestação continuada foram para aposentadoria programada em 75% dos casos, 11% para pensões, 4% para invalidez e os 10% restantes para auxílios, provisões e outros benefícios, conforme apresentados a seguir.

Benefícios de prestação continuada (dez/13)



Fonte: Estatística Trimestral, PREVIC – Dez/2013.

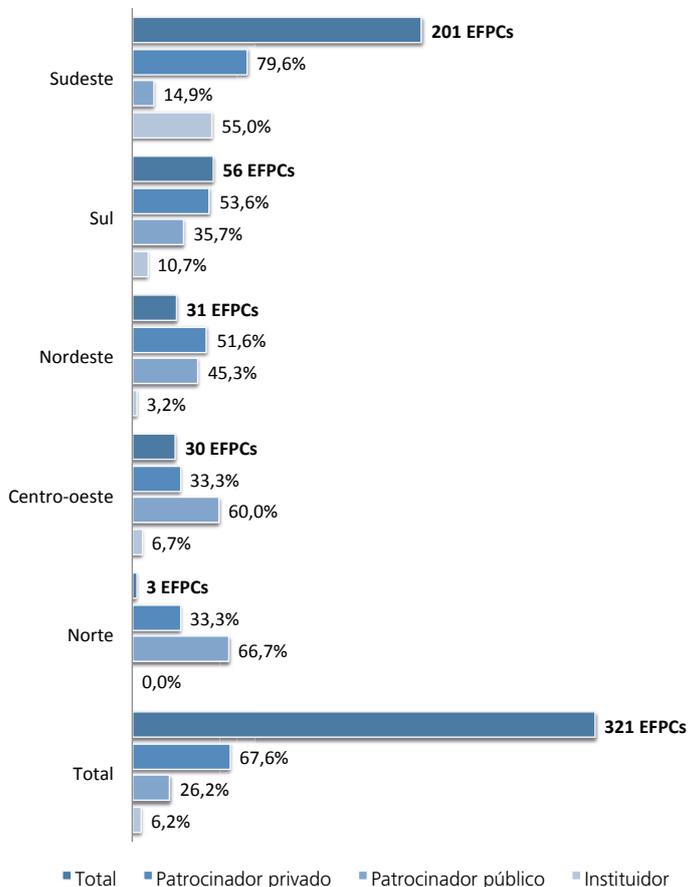
A previdência associativa contava com 20 Entidades exclusivas de instituidor e 62 planos de benefícios, oferecidos por 493 associações de classe, sindicatos e cooperativas, que possuíam reservas de mais de R\$ 2,34 bilhões, garantindo a cobertura previdenciária para aproximadamente 352 mil participantes, assistidos e designados.

O gráfico a seguir apresenta o perfil das EFPCs brasileiras

por tipo de patrocínio e localização. É possível perceber que a maior parte das Entidades se concentra na região Sudeste do país, chegando a 62,62% do total. Entre elas, o predomínio é de patrocinadores privados, atingindo a 79,36%. Esse fenômeno se repete no restante do país, os patrocinadores privados representam 67,6% do setor, frente a 26,2% de patrocinadores públicos e 6,2% de instituidores.

A região Norte apresenta o menor índice de EFPCs, com um total de 3 Entidades. A região Nordeste possui o maior equilíbrio entre patrocinadores públicos e privados, com uma diferença de apenas 6,45% de vantagem para os patrocinadores privados.

Perfil das EFPCs brasileiras por tipo de patrocínio e localidade

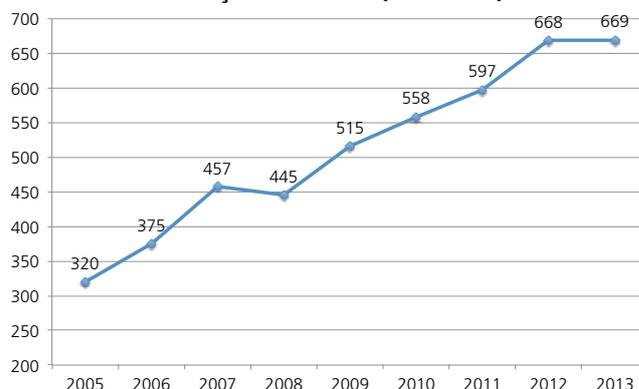


Fonte: Estatística Trimestral, PREVIC – Dez/2013.

Patrimônio e Resultado

No ano de 2013, a carteira consolidada das EFPCs atingiu rentabilidade estimada de 3,28%, inferior à taxa máxima atuarial de 11,63%, medida pelo INPC+5,75%. Os ativos das EFPCs atingiram R\$ 669 bilhões e passaram a representar 13,8% do PIB.

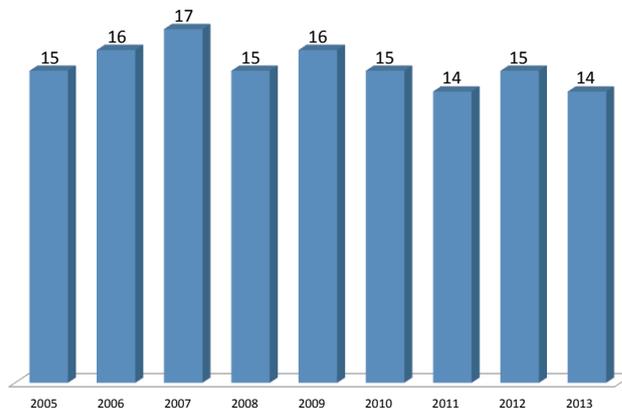
Evolução dos Ativos (R\$ bilhões)



Fonte: Consolidado Estatístico Abrapp dezembro de 2013.

A perenidade do modelo está em manter o equilíbrio técnico do Fundo de Pensão. A gestão dos ativos totais sob responsabilidade das EFPCs deve ser balizada pelos requisitos de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, metas atuariais e transparência na aplicação dos recursos. Além disso, em alinhamento com as boas práticas de governança corporativa, devem ser respeitados os limites legais de distribuição e concentração, por tipo de aplicação.

Percentual dos Ativos X PIB Brasil

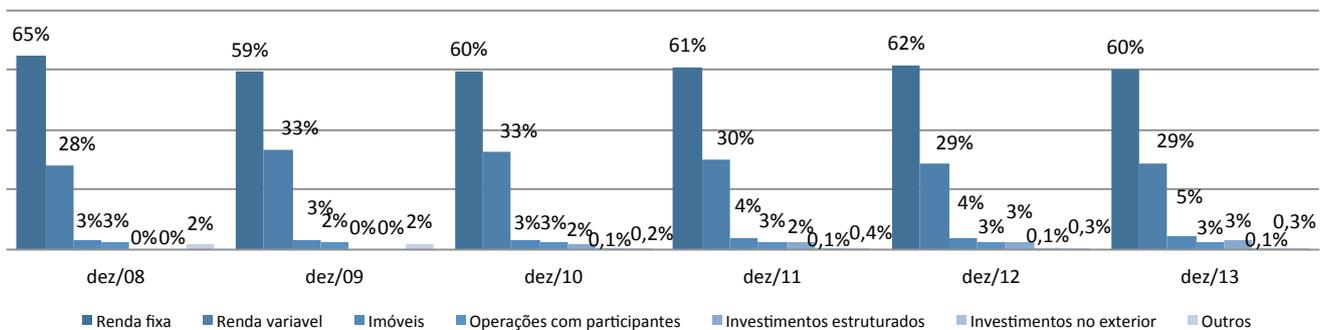


Fonte: Consolidado Estatístico Abrapp dezembro de 2013

Os ativos totais sob a gestão das EFPCs são investidos nos mercados de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os investimentos dividem-se em seis segmentos: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes, este último constituído por empréstimos e financiamentos imobiliários.

O gráfico a seguir apresenta o percentual que cada segmento representa entre os Ativos Totais investidos pelo setor:

Evolução dos Ativos por Tipo de Investimento



Fonte: Consolidado Estatístico Abrapp dezembro de 2013.

Os principais parâmetros técnicos atuariais utilizados na avaliação atuarial de um plano de benefícios para o cálculo de seu passivo atuarial são a taxa real de juros e a tábua biométrica utilizada para projeção da longevidade.

A tendência de envelhecimento da população brasileira, fruto da redução da taxa de fecundidade e do aumento da expectativa de vida, reforça a crescente necessidade dos Fundos de Pensão de atualizar a hipótese atuarial referente às tábuas de mortalidade, para fazer frente ao crescimento das reservas matemáticas necessárias para atender a nova estrutura demográfica da sua massa de participantes e assistidos.

Vale ressaltar que os aspectos econômicos, que tangem o desenvolvimento e crescimento da economia brasileira, se refletem no desempenho de toda e qualquer entidade que visa desenvolver suas atividades no país, inclusive as EFPCs, que assim estão sujeitas ao mercado brasileiro, bem como as relações do mercado em sintonia com aspectos ESG, ambiental, social e governança, como fonte mitigadora de riscos. Levando em conta também aspectos ambientais, sociais e de governança – ESG, que podem influenciar as decisões de investimentos, reinvestimentos e desinvestimentos, uma vez que tais fatores podem contribuir para o aumento ou mitigação das exposições de riscos em investimentos.

É possível ilustrar algumas dessas situações: quando parte dos investimentos destinados a “Ações”, por exemplo, ocasionalmente

são investidos em uma companhia que faz uso de trabalho “escravo” em sua produção, que tal condição de trabalho é identificada e contribui para a queda do preço dos papéis de tal empresa, interferindo diretamente no resultado da carteira de ações de um fundo de investimento.

Segundo o “Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis”, elaborado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a EFPC deve identificar, avaliar e monitorar os riscos operacionais inerentes aos processos e sistemas considerados relevantes. Para suportar o adequado gerenciamento é necessário que a entidade possua estrutura apropriada, podendo incluir a criação de uma área específica que identifique e avalie periodicamente os riscos e apresente medidas com vistas a mitigá-los. Por meio do gerenciamento dos riscos, são incorporados aspectos ambientais e sociais nas estratégias de investimento e, a partir deles, pode-se garantir o encaminhamento e tratamento de impactos antes ignorados, mas de extrema importância para o desempenho sustentável do sistema.



Governança Corporativa e Transparência



Definição e Introdução

A boa governança corporativa é um aspecto importante para a eficiência do sistema de previdência complementar fechada, pois envolve o controle gerencial das Entidades e a forma como são supervisionadas, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. Visa, acima de tudo, a prestação de contas dos dirigentes, a conformidade legal dos atos praticados e a mitigação dos conflitos de interesse. Além disso, permite garantir o alto desempenho, mantendo os gastos controlados e contribuindo para a rentabilidade dos investimentos.

Além da legislação do setor, que normaliza uma série de aspectos de governança corporativa das EFPCs, os participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores e outros públicos de relacionamento esperam que as Entidades adotem uma gestão dos recursos comprometida com a ética e com a transparência, de acordo com compromissos e metas preestabelecidos.

Quanto mais sofisticada a estratégia de investimento, maior será a supervisão de governança exigida ou mais complexa as disposições administrativas do plano. Tudo isso tem por finalidade garantir a solidez da Entidade, preservando o direito dos participantes, o valor dos benefícios e a obtenção de melhores resultados nos investimentos. O exercício ativo da política de voto nas empresas investidas é uma boa demonstração de governança corporativa que as EFPCs devem buscar.

Segundo o “Guia Previc de Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar”, elaborado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, são princípios das boas práticas de governança:

A Transparência

A Diretoria Executiva deve disponibilizar informações que sejam de interesse dos participantes, assistidos e dos patrocinadores, principalmente as relacionadas aos processos de escolha de serviços de terceiros, gestão de riscos e outras que permitam aferir o grau de participação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal no monitoramento da EFPC;

Prestação de Contas

Os dirigentes da EFPC devem prestar contas formalmente sobre sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões;

Responsabilidade Corporativa

Os dirigentes das EFPC devem incorporar em suas decisões considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e operações, visando à sua longevidade.

Diversas instituições têm incentivado o setor a instituir estruturas e instrumentos de governança corporativa, entre elas estão o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a BM&FBOVESPA e a própria Abrapp, que conta inclusive, com um histórico de comprometimento com a organização de congressos, seminários e eventos sobre o tema e compartilha os êxitos e os desafios vivenciados nesse trabalho por suas associadas.

Nessa direção, a boa governança está cada vez mais integrada às práticas de gestão, estrutura operacional, monitoramento, divulgação e diálogo com as principais partes interessadas. São descritas neste capítulo as estruturas de governança corporativa e as práticas divulgadas das EFPCs respondentes à pesquisa.

Estruturas e Instrumentos de Governança

A transparência da estrutura e da composição dos órgãos de governança das EFPCs são questões importantes para garantir a adequada prestação de contas aos públicos de relacionamento.

Segundo o artigo 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar: “As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva”. O Conselho Deliberativo é a instância máxima da EFPC, responsável pela definição das políticas e estratégias, como a política de investimentos e as premissas atuariais. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo o efetivo acompanhamento da gestão. Ele deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais. Já a Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração, devendo exercer suas atribuições em conformidade com as políticas e diretrizes traçadas pelo Conselho Deliberativo.

Nas EFPCs patrocinadas por empresas privadas ou constituídas por entidades de classe, o número de conselheiros e seus respectivos mandatos são tratados nos estatutos de cada Entidade. Para Entidades patrocinadas por empresas estatais ou públicas, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, existem algumas regras, apresentadas na figura abaixo.

Estrutura de Funcionamento de EFPCs patrocinadas por empresas estatais e públicas, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios

I. Conselho Deliberativo

- Máximo: 6 membros
- 3 conselheiros serão eleitos pelos participantes e assistidos e 3 nomeados pelos patrocinadores.
- Os Conselheiros terão mandato de quatro anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução; cabe ao Conselho Deliberativo nomear e destituir a Diretoria Executiva.

II. Conselho Fiscal

- Máximo: 4 membros.
- 2 conselheiros serão eleitos pelos participantes e assistidos e 2 nomeados pelos patrocinadores.
- Mandato de quatro anos, vedada a recondução.

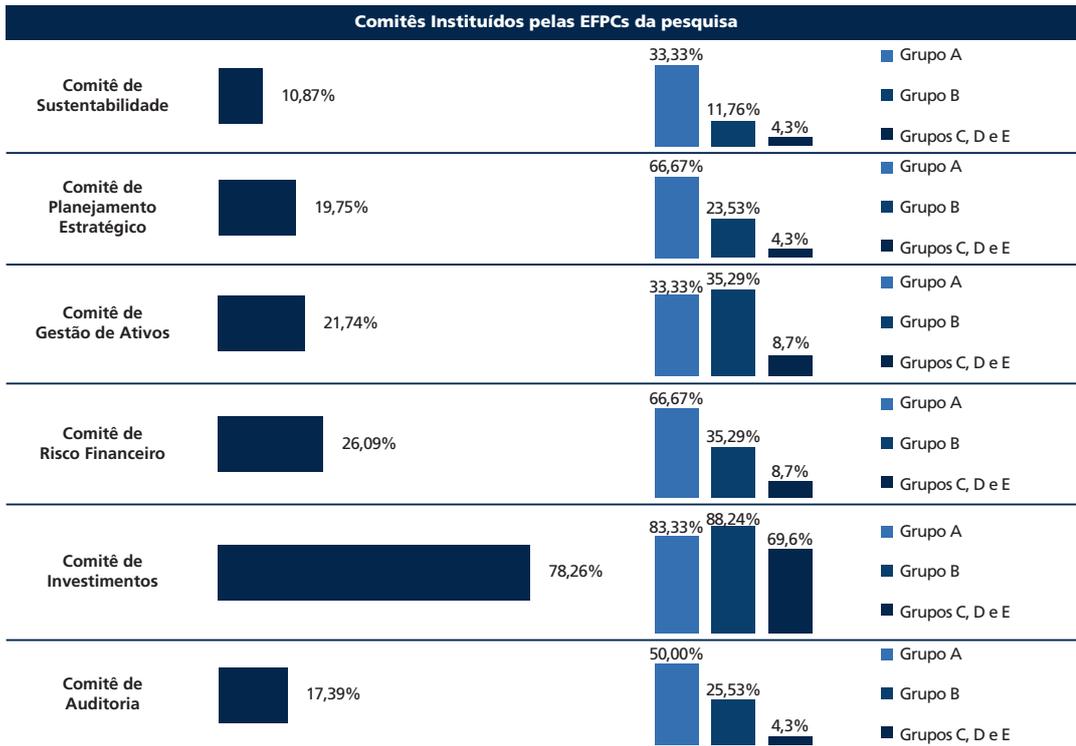
III. Diretoria Executiva

- Máximo: 6 membros.
- O prazo de mandato, assim como sua composição, são estabelecidos no estatuto.

É essencial que as Entidades constituam outras instâncias de assessoramento. De acordo com as respondentes da pesquisa, a estrutura de governança mais comum é o Comitê de Investimentos, presente em 78,26% das Entidades; a segunda mais comum é o Comitê de Risco Financeiro, presente em 26,09%. Ainda na pesquisa, é possível observar que as Entidades dos Grupos A e B, ou seja, aquelas com total de ativos superior a 2 bilhões de reais, apresentam maior número de comitês instituídos.

Dentre os comitês mais instituídos por Entidades pertencentes aos Grupos C, D e E, destacamos o Comitê de Investimentos, relatado por 69,9% das respondentes. É importante ressaltar que EFPCs com estruturas menores de gestão podem garantir a governança por meio da atribuição de funções para os comitês.

Já o Comitê de Sustentabilidade está presente em 33,33% das EFPCs categorizadas como Grupo A e 11,76% como Grupo B. Contudo, a instituição ou incorporação das funções dessa instância de gestão precisa caminhar entre Entidades dos Grupos C, D e E. Tal estrutura de governança permite gerenciar o bom desempenho de aspectos Environmental, Social and Governance (ESG), garantindo sua incorporação nas decisões estratégicas. Além disso, demonstra o posicionamento da Entidade frente à condução de ações sustentáveis e contribui para o engajamento do público interno e fortalecimento das ações adotadas.



Além dos comitês mencionados, as EFPCs puderam reportar outras formas utilizadas para apoiar as boas práticas de governança corporativa. Ao todo, 36,96% das Entidades respondentes apresentaram as particularidades de suas estruturas, envolvendo 17 temas distintos. As informações reportadas estão apresentadas na tabela a seguir e categorizadas quanto ao tema ESG que endereçam:



Outras estruturas de Governança Corporativa instituídas pelas EFPCs	Tema ESG - Ambiental, Social and Corporate Governance
Comitê ou Comissão de Ética	Governança
Comitê Gerencial	ESG
Comitê Consultivo	ESG
Comitê de Controles Internos	Governança
Comitê de Segurança da Informação	Governança
Comitê de Planos	Governança
Comitê de Relacionamento com o Participante	Governança
Comitê de Comunicação	Governança
Comitê de Recursos Humanos ou de Cargos e Salários	Social
Comitê de Educação Financeira ou Previdenciária	Social
Comitê de Saúde	Social
Comitê Gestão de Crise	ESG
Subcomitê Pró-Equidade de Gênero e Raça e de Diversidade	Social
Comitê de Documentação	Governança
Comitê de Credenciamento	Governança
Auditor Independente	Governança
Escritório de Processos	Governança
Comitê Financeiro	Governança
Comitê para Eficiência Operacional	ESG

Quanto aos instrumentos de governança e sua divulgação interna, sua utilização é de grande importância para orientação e alinhamento de todos os colaboradores em relação às diretrizes que devem nortear o trabalho destas nas organizações em que atuam.

Segundo os Princípios de Governança Corporativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a estrutura da governança corporativa deve reconhecer os direitos das partes interessadas (*stakeholders*) e incentivar a cooperação ativa na criação de riquezas, empregos e na sustentação de organizações economicamente sólidas. Com esse objetivo, estruturas da governança corporativa devem permitir mecanismos de melhoria da participação das partes interessadas, garantir o acesso às informações pertinentes e possibilidade de reparação efetiva em casos de violação dos direitos das partes.

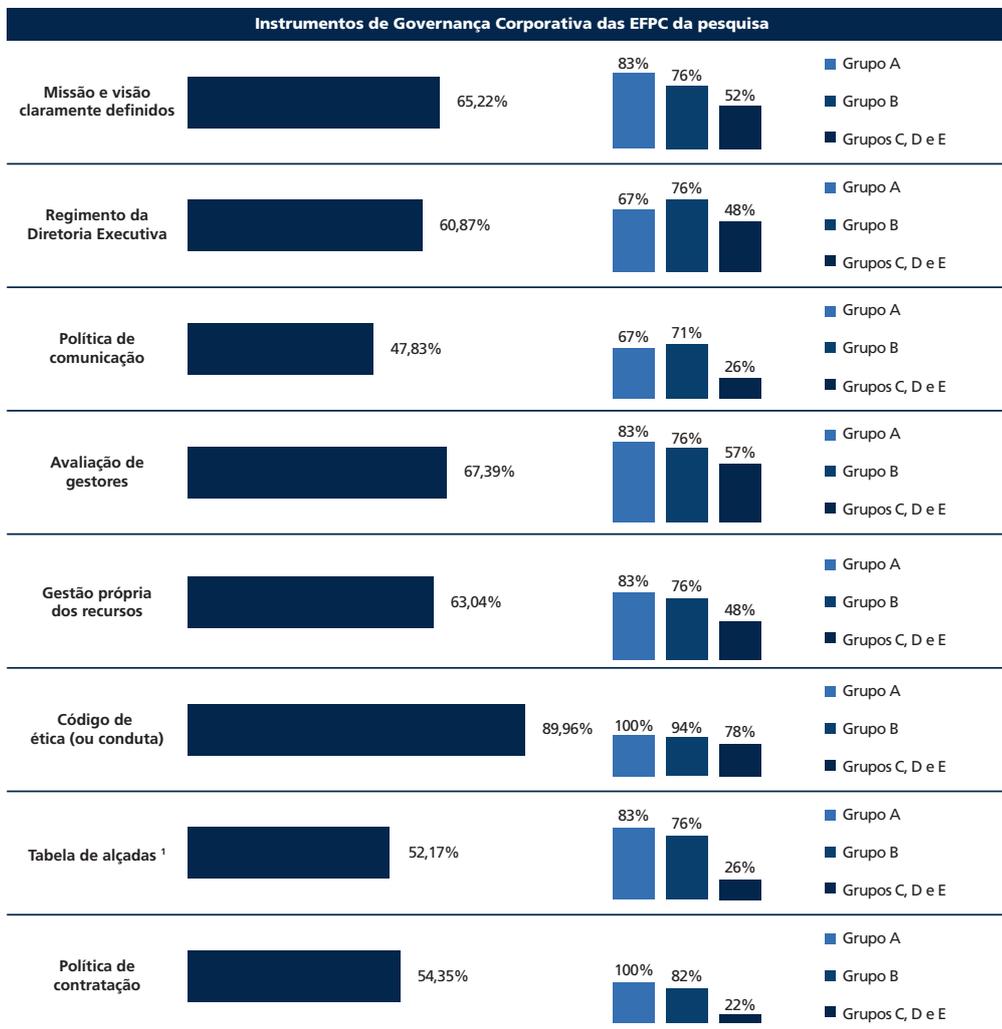


Tabela de alçadas: documento com as definições formais de alçada para cada área da entidade.

Relacionamento com as Partes Interessadas

Outro aspecto fundamental da boa governança corporativa de Entidades Fechadas de Previdência Complementar é a forma como se comunica com seus públicos de interesse e reporta sua gestão. Empregados e outras partes interessadas desempenham um importante papel, contribuindo para o sucesso e o desempenho da empresa a longo prazo, enquanto que os governos criam a estrutura institucional e jurídica geral para a governança corporativa.

A estrutura da governança corporativa deverá assegurar a divulgação oportuna e precisa de todos os fatos

relevantes referentes à empresa, inclusive situação financeira, desempenho, participação acionária e governança da empresa. A estrutura da governança deve reconhecer que o interesse das partes interessadas (*stakeholders*) e sua contribuição para o sucesso duradouro da empresa são, a longo prazo, do próprio interesse da empresa.

Relacionamento com Participantes e Assistidos

Como já foi dito em outros capítulos deste relatório, a EFPC é uma entidade sem fins lucrativos que administra re-

cursos e benefícios de participantes de planos de previdência complementar fechados. Por ser administradora de recursos de terceiros, possui obrigação legal de prestar ao participante, incluindo o assistido, toda informação referente ao que se passa com seu plano de previdência, de forma sistêmica, permanente e transparente. As normas exigem que sejam fornecidas informações sobre a saúde do plano, tanto em relação aos recursos garantidores como para os passivos atuariais.

Iniciativas de atendimento de participantes em áreas de difícil acesso	60,87%
Por meio eletrônico ou telefônico	54,35%
Por meio presencial	6,52%
Iniciativas para remover barreiras na comunicação e promover a acessibilidade	51,1%
Atendimento telefônico para clientes com deficiência auditiva	4,35%
Possui instalações acessíveis para Pessoas com Deficiência (PCD)	45,65%
Material de produtos e pessoal multilíngue	6,52%

Os procedimentos e rotinas para informar os Participantes e Assistidos sobre a situação dos planos, além da adoção de práticas que facilitem o atendimento desse público, demonstraram o compromisso das Entidades com a transparência.

Na pesquisa, 60,87% das EFPCs respondentes afirmam adotar iniciativas de atendimento a participantes em áreas de difícil acesso, sendo a prática mais comum por meio eletrônico ou telefônico. Em relação à remoção de barreiras de comunicação e promoção da acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, 51,11% reportam iniciativas nesse sentido. A adoção dessas instalações é praticada por 45,65% das Entidades, o que, além de beneficiar o atendimento dos públicos de relacionamento, contribui para as práticas de atendimento do público interno.

Quanto às pesquisas de satisfação, 72% afirmam realizar esta prática. Destas, 18% possuem canais de atendimento de demandas e 36%, além de possuírem canais formais de atendimento, também realizam pesquisas anuais.

Iniciativas de Educação Financeira e Previdenciária

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “Educação financeira é o processo pelo qual agentes financeiros melhoram sua compreensão de produtos e de conceitos financeiros, mediante informação, instrução e aconselhamento direto, o que promove a habilidade e a confiança necessárias para que os indivíduos se tornem mais conscientes dos riscos e das oportunidades financeiras, para que façam escolhas fundamentadas, para que saibam onde podem encontrar ajuda e para que tomem quaisquer ações eficazes com o objetivo de melhorar seu bem-estar financeiro”.

Um programa de educação financeira e previdenciária dedicado a dirigentes, empregados, patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos tem efeitos positivos na qualidade da gestão. Dirigentes e empregados passam a deter habilidades e conhecimentos necessários ao desempenho de suas funções. Participantes e assistidos adquirem ferramentas úteis para o planejamento e o controle de sua vida econômica e financeira e se capacitam para o exercício do acompanhamento do seu patrimônio previdenciário. A figura a seguir resume quais aspectos um programa de educação financeira e previdenciária deve contemplar.

A Previc tem desenvolvido atividades que visam a conscientização de participantes e assistidos na tomada de decisões previdenciárias e financeiras, além de estimular o incremento da cobertura e do número de integrantes do regime de previdência com-

plementar fechado. A autarquia tem atuado em duas frentes, por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), e na disseminação e aprovação dos programas de educação financeira e previdenciária das EFPCs. O objetivo geral da ENEF é desenvolver, por meio da educação financeira e previdenciária, o aperfeiçoamento e a compreensão de consumidores e investidores sobre os produtos financeiros, proporcionando o aumento de conhecimentos para torná-los mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras. Isso permite aos indivíduos fazerem melhores escolhas relativas às suas finanças e também ao planejamento de consumo, poupança e investimentos de curto e longo prazos.

Programa de Educação Financeira e Previdenciária

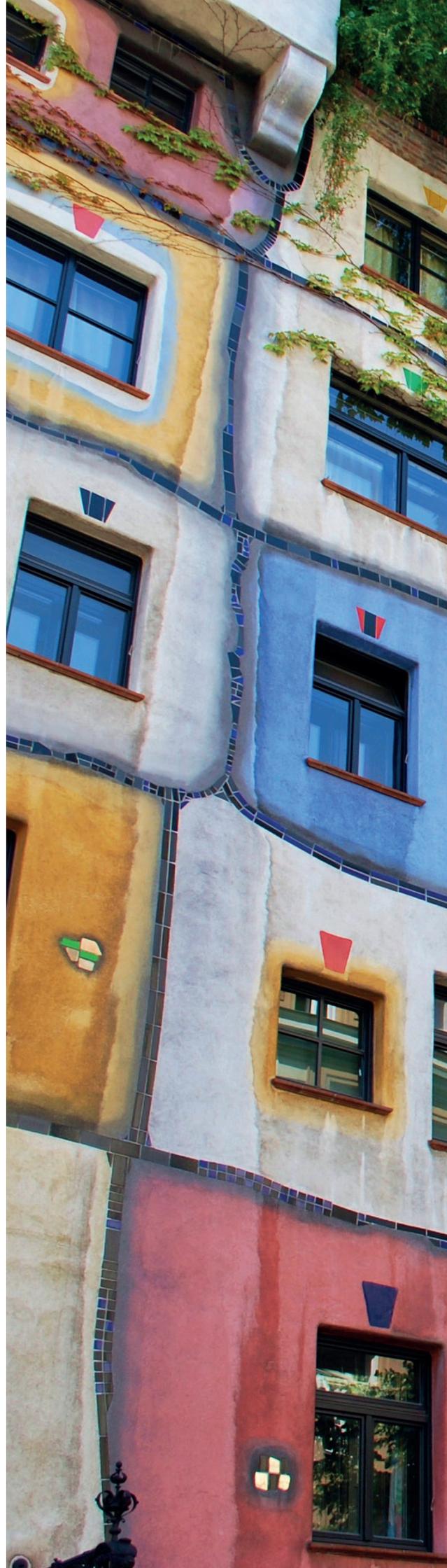
Deve contemplar três níveis recomendados e consolidados por guias internacionais de boas práticas: informação, formação e orientação. A comunicação ao participante e assistido, coloca em primeiro nível, deve, sempre que possível, ultrapassar o conteúdo mínimo estabelecido pela legislação. Os dados divulgados devem ser interpretados de modo que o participante ou o assistido tenha compreensão da situação econômica, financeira e patrimonial do seu plano de benefícios. A linguagem clara e adequada ao nível de conhecimento dos usuários deve traduzir os termos técnicos aplicáveis ao regime de previdência complementar para facilitar o entendimento pelos usuários. A quantidade e a qualidade das informações recebidas pelos participantes devem ser suficientes para sua tomada consciente de decisão financeira e previdenciária.

Fonte: Guia Previc de Melhores Práticas em Fundos de Pensão - 2010.

É prática comum do setor a adoção de iniciativas de educação financeira e previdenciária direcionadas aos Participantes e Assistidos. Essa iniciativa foi reportada por 80,43% da EFPCs participantes da pesquisa. Deve-se citar que, uma vez que os projetos de educação financeira e previdenciária são aprovados pela Previc, as EFPCs devem encaminhar anualmente um relatório de execução das ações propostas, nos moldes da Instrução nº 32/2009. Os relatórios devem apresentar e detalhar a execução das ações realizadas durante cada exercício, além de permitir a alteração de ações existentes e também a proposição de novas ações para exercícios futuros.

Por fim, em 2012, a Previc produziu um artigo que orienta as EFPCs em relação às etapas a serem observadas na construção de programas educativos, além de compilar as melhores práticas observadas nos programas avaliados desde 2009. O material foi elaborado com o objetivo de impulsionar as EFPCs na criação de programas de acordo com suas necessidades, respeitando as características do seu público, além de contribuir com as sugestões de diversas atividades para o aumento da qualidade das ações.





Relacionamento com Governo e Sociedade Civil

No relacionamento com o poder público e para participação na elaboração, avaliação, implantação ou monitoramento de políticas públicas, 26% das EFPCs que responderam a essa pesquisa afirmam que se manifestam por meio de órgãos de classe, 11% participam de instâncias formais de articulação com o Estado e com a Sociedade Civil (conselhos e comitês), 7% contatam diretamente os agentes responsáveis pelas referidas políticas e 57% declaram não se manifestar em políticas públicas ou se manifestam por meio dos Patrocinadores.

Todas as EFPCs que responderam a pesquisa afirmam que não financiaram ou apoiaram candidatos a cargos públicos e/ou partidos políticos, dentro ou fora de períodos eleitorais.

Ética

Um dos postulados dos Fundos de Pensão é que “como instituição social, responsável ante as demais instituições e o país, o Fundo de Pensão acha-se indeclinavelmente subordinado à ética e à transparência em todos os seus atos”. Agir com ética e transparência é fundamental para as EFPCs, uma vez que administram recursos e benefícios de indivíduos que confiam suas reservas a fim de garantir segurança no final de sua vida laboral.

Dentre as respondentes da pesquisa, a grande maioria das Entidades possui Código de Ética ou de Conduta. Esse indicador chega a 100% quando analisamos as Entidades pertencentes aos Grupos A. Mais uma vez, os instrumentos de governança apresentam indicadores mais elevados reportados pelas EFPCs pertencentes ao Grupo A e B. Isso demonstra o fortalecimento das ações entre Entidades gestoras do maior total de ativos do setor e contribui com a ideia de que caminhamos para o engajamento do restante do setor por meio da evolução das ações de importantes *players* do mercado.





Dimensão Social

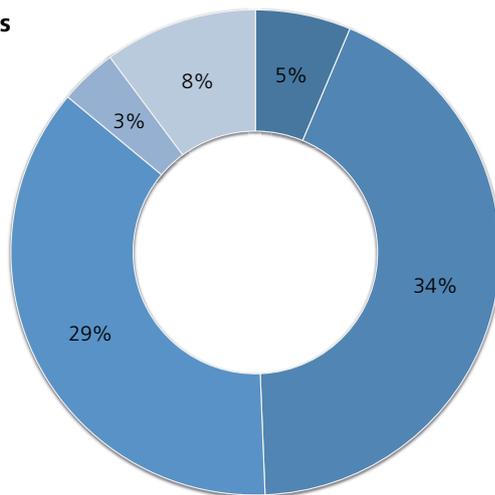


Público Interno

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar respondentes empregaram 5.648 pessoas em 2012, mais 370 funcionários terceirizados, 332 estagiários e jovens aprendizes e 27 temporários. Dos funcionários efetivos e cedidos pelos patrocinadores, 4.915 pessoas, 99% são de período integral. A faixa de idade que reúne o maior percentual de funcionários foi entre 25 e 35 anos, representando 34% do total.

Idade dos empregados das EFPCs

- Empregados com até 25 anos
- Empregados na faixa de 25 a 35 anos
- Empregados na faixa de 36 a 55 anos
- Empregados na faixa de 46 a 55 anos
- Acima ou igual a 56 anos



Em relação à escolaridade do público interno dos Fundos de Pensão, em 2012, verifica-se que 42% dos empregados possuem curso superior completo, 13% possuem curso superior incompleto e 28% têm pós-graduação. O fato da maioria dos empregados possuir curso superior incompleto não caracteriza que não finalizaram a sua graduação, mas deve-se considerar que também possam estar cursando atualmente. Funcionários com ensino fundamental e médio representam 16% do quadro. O índice médio de turnover das Entidades participantes variou de 12,67% para 11% no período compreendido entre 2010 e 2012, demonstrando uma pequena redução na substituição de profissionais dos Fundos de Pensão participantes da pesquisa.

Considerando a distribuição dos empregados dos Fundos de Pensão, e cedidos pelos patrocinadores, por regiões geográficas, temos: 51% estão na região Sudeste, 26% na região Centro-Oeste, 11% na região Nordeste, 9% na região Sul e 3% na região Norte.

Benefícios

Quanto à disponibilização de programas de preparação para aposentadoria, em 2012, cerca de 87% dos Fundos de Pensão ofereceram essa atividade. Também são oferecidos benefícios como plano de saúde em 93% dos Fundos, seguro de vida em 74% e extensão da licença maternidade em 46%.

Outros benefícios oferecidos são auxílio estudo (médio, graduação e pós-graduação), programas de incentivo à prática de esportes, auxílio farmácia e medicamentos e programas de assistência e aconselhamento individual (psicólogos).

Valorização da Diversidade e Inclusão Social

O sucesso econômico sustentável depende também da inclusão e da justa valorização dos segmentos socialmente menos expressivos no mercado de trabalho, pois a avaliação que se tem é que, ao valorizar tal diversidade, proporcionam-se ganhos à instituição, principalmente nas relações com parceiros, consumidores e demais interessados, pois este é um fator que agrega valor à imagem da empresa, além de proporcionar benefícios à sociedade.

Dentre as ações que podem ser tomadas para inclusão social e valorização da diversidade, está o oferecimento de canais formais para o recebimento de denúncias de discriminação. Estes canais seriam ouvidoria,

ombudsman, caixas de *e-mail* dedicadas ao tema, entre outros. Dos Fundos de Pensão que responderam à pesquisa, 50% dizem ter estes canais formais, além disso, destes, 12% afirmam possuir plano de reparação formalmente estabelecido.

O total de Pessoas com Deficiência (PCD) empregadas pelas EFPCs participantes da pesquisa chega a 4% do total de trabalhadores do setor. Este indicador demonstra um posicionamento diferenciado das Entidades, já que representa um percentual bastante acima das exigências legais estabelecidas no artigo 93 da Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas. A legislação estabelece a obrigatoriedade de empresas preencherem uma parcela de seus cargos com pessoas com deficiência apenas quando possuírem 100 (cem) ou mais empregados; além disso, as cotas seguem a seguinte proporção:

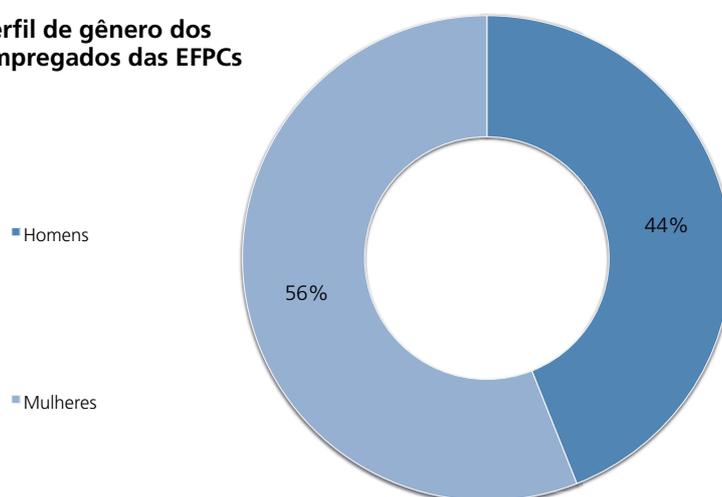
I	de 100 a 200 empregados	2%
II	de 201 a 500 empregados	3%
III	de 501 a 1.000 empregados	4%
IV	de 1.000 empregados em diante	5%

Gênero

Uma das discussões importantes nas empresas que estão em processo de implantação da gestão socialmente responsável é promover a igualdade entre os sexos, objetivando também o justo reconhecimento na rotina profissional e durante a ascensão em suas carreiras. Dos funcionários contratados em 2012, 61% são do sexo feminino.

Durante o período analisado na pesquisa, a média salarial dos homens aumentou 6,2%, enquanto a média salarial das mulheres aumentou 2,2%.

Perfil de gênero dos empregados das EFPCs

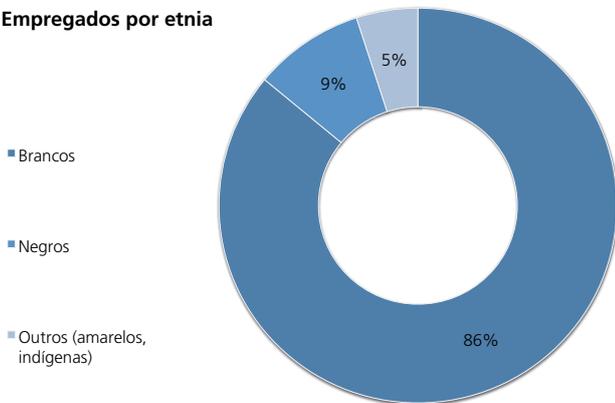
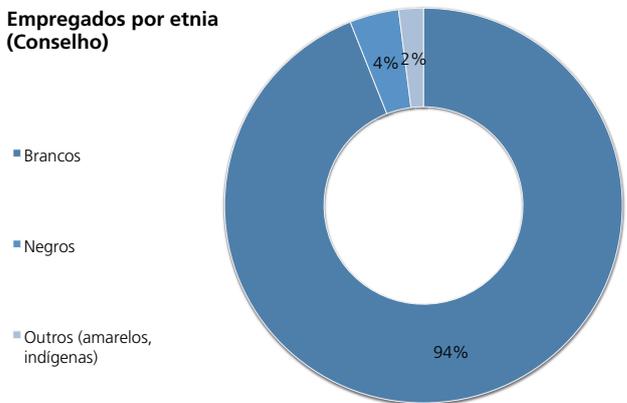
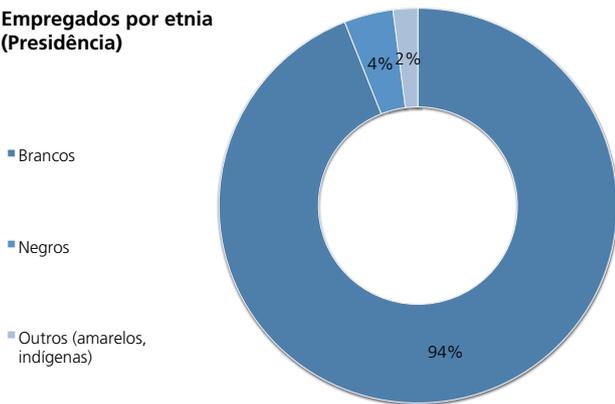
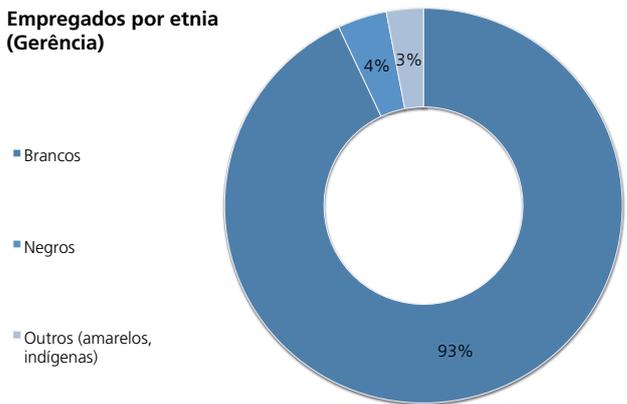
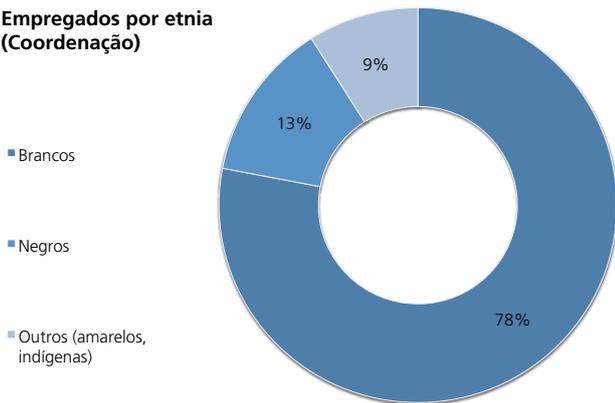
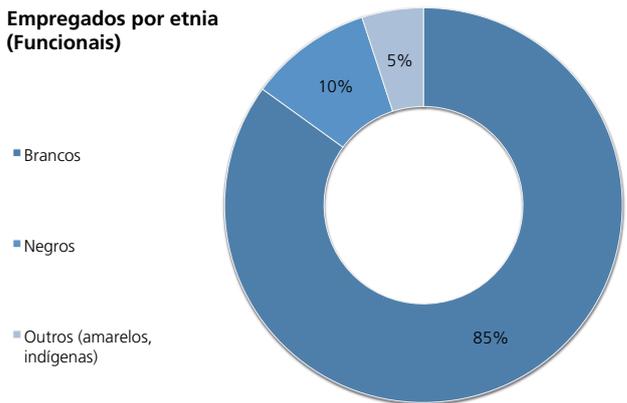


Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007, comparando-se a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que, em média, as mulheres ganharam em torno de 70,8% do rendimento médio percebido pelos homens. É importante atentar para o fato de que as médias salariais correspondem a todos os níveis salariais em conjunto, o que gera distorções na análise quantitativa, mas indica tendências de diferenças salariais em termos relativos. Com o objetivo de iniciar um processo para redução dessas disparidades salariais, 5,4% dos Fundos de Pensão participantes da pesquisa afirmaram ter em 2012 políticas com metas para reduzir a distância entre essas remunerações.

Raça

No último censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, a população que se declarou preta atingia 7,6% do total de residentes no país. Já aqueles que se declararam pardos atingiram 43,1% da população. Somando os dois perfis étnicos, chegamos ao total de 51% da população. A mudança é atribuída pelo IBGE a uma "revalorização de identidade dos grupos raciais historicamente discriminados", fruto da valorização e tratamento das questões de raça, inclusive pela forma como o mercado tem tratado essas questões entre seus quadros de funcionários.

Com base nas Entidades respondentes desta pesquisa, o percentual de funcionários negros nos Fundos de Pensão em 2012 correspondia a 9% do total, contra 86% dos brancos e 5% de outras. Por essas informações, percebe-se que ainda há a necessidade de avanços na questão étnica entre as Entidades. Quando se trata de ocupação dos níveis hierárquicos mais altos, verifica-se que 94% dos altos cargos de governança (conselho, presidência e diretoria) são ocupados por brancos. No caso dos cargos de gerência, coordenação, chefia e funcionais, os brancos representavam 93%, 78% e 85%, respectivamente. Ao passo que no caso destes cargos ocupados por negros era 4%, 13% e 10%, respectivamente, um cenário mais desigual se comparado com a edição 2010 deste relatório.

Empregados por etnia**Empregados por etnia (Conselho)****Empregados por etnia (Presidência)****Empregados por etnia (Gerência)****Empregados por etnia (Coordenação)****Empregados por etnia (Funcionais)**



Associação Sindical

Liberdade de associação é um direito humano conforme definido por declarações e convenções internacionais (OIT ns. 87 e 98).

De acordo com as Entidades respondentes, 100% dos funcionários são cobertos por acordos de negociação coletiva. Em relação aos diálogos estabelecidos a fim de tomar decisões que podem impactar os colaboradores, 47% das EFPCs afirmam consultar e informar com antecedência o público interno acerca de mudanças significativas, já 32% apenas relatam as mudanças com antecedência. Um exemplo da situação mencionada é quando uma Entidade decide mudar o endereço de trabalho. Nesse caso, a consulta pode ajudar a mitigar o impacto que a mudança pode causar aos empregados.

Saúde, Segurança e Qualidade de Vida

Os programas nas áreas de saúde e segurança no trabalho objetivam proteger a vida e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores, o que indica a responsabilidade das empresas com seus colaboradores. Preocupados com essa atuação, 38% das Entidades dizem possuir comitês formais de saúde e segurança no trabalho que visam programas de saúde ocupacional. Além disso, 15% afirmam possuir programas para prevenção e suporte quanto à saúde e segurança do trabalhador, prática considerada referência de atuação para organizações de todos os setores.

Iniciativas adotadas pelas EFPCs para a promoção da saúde, segurança e qualidade de vida do Público Interno

Sim, possuí programa para prevenção ou suporte quanto à saúde e segurança	15%
Sim, possuí programa para garantia da qualidade de vida	11%
Sim, possuí programa para prevenção ou suporte quanto à saúde e segurança e programa para garantia da qualidade de vida	33%

Gestão de Carreira

Capacitação

Cursos internos	70%
Apoio financeiro para capacitação ou formação externa	80%
Períodos sabáticos com reinserção garantida	2%

Avaliação de desempenho

Programa de gestão de carreira que inclua avaliação de desempenho ou acompanhamento forma do desempenho	50%
---	-----

Gestão de carreira

Planejamento de longo prazo para retenção de talentos na EFPC	28%
---	-----

Apoio à transição

Programa de apoio à transição de empregados que estão se aposentando	9%
Programa de apoio à transição para funcionários demitidos	7%

Dos 50% de Fundos de Pensão que possuem Programas de Avaliação de Desempenho, 75% declaram aplica-los para mais de 90% do quadro de empregados, sem distinção de cargos.

Voluntariado e Engajamento Social

Segundo definição do Instituto Ethos, o voluntariado é um caminho de busca de conscientização das pessoas, de mobilização de grupos sociais marginalizados na defesa de seus direitos, de influência de políticas públicas e outras ações no campo da cidadania. É um conjunto de ações realizadas por empresas para incentivar e apoiar o envolvimento dos seus funcionários em atividades voluntárias na comunidade.

Em relação a programas de voluntariado, em 2012, 22% das Entidades informaram participar de programas de voluntariado, seja próprio ou em parceria com a patrocinadora.



Meio Ambiente



O setor de previdência complementar fechada apresenta uma particularidade em relação à dimensão ambiental. Sua atuação como instrumento de formação de poupança estável, de socialização do capital e das políticas de recursos humanos, valorizador do trabalho humano, não apresenta impactos ambientais diretos significativos. De fato, os maiores desafios ambientais estão presentes em seus aspectos indiretos, relacionados à sua cadeia de fornecedores e à gestão de seus investimentos, disseminados pela rede de stakeholders que o circunda. Os impactos ambientais diretos das EFPCs, como a geração de resíduos em operações administrativas, o consumo de energia e de materiais, emissões atmosféricas, são relativamente menores por sua característica mais administrativa, em um grau de complexidade e de potencial poluidor muito baixo quando comparado com o que acontece em outros setores da economia. Neste capítulo, abordaremos a atuação das EFPCs frente aos impactos ambientais diretos, ou seja, aspectos de sua atuação administrativa, e indiretos, relacionados ao posicionamento frente ao seu universo de stakeholders.

Dizer que a atuação direta das Entidades não envolve impactos ambientais tão significativos não significa diminuir a importância das ações que cada EFPC pode assumir no dia a dia para melhor aproveitar recursos e mitigar impactos negativos que podem ser causados. Modificar estas práticas, que porventura tragam impactos negativos, e incluir ações que contribuem para construir um posicionamento consciente e alinhado com valores de longo prazo permite manter o bom aproveitamento dos recursos e garantir a perpetuidade das operações, premissa que faz parte, a ser tratada adiante, das estratégias das Entidades e da

Abrapp como associação representativa. Além disso, abordamos neste relatório a atuação de uma parte do setor, por isso, é importante perceber a amplitude que assume uma boa prática adotada por várias Entidades, multiplicando os impactos positivos e mitigando os potenciais impactos ambientais negativos.

Recursos

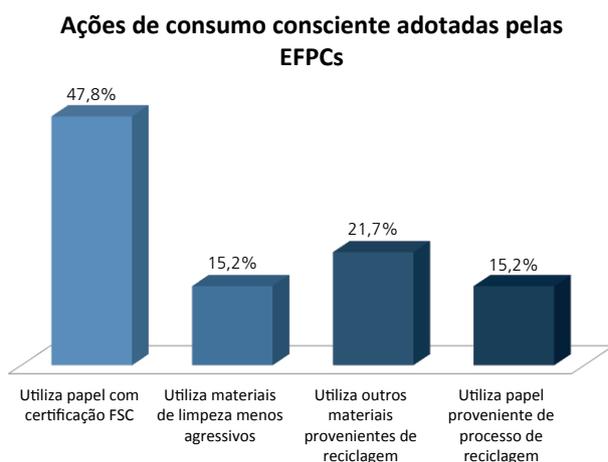
A biodiversidade também está relacionada ao conceito de insumos, pois é desta riqueza biológica que se originam muitas das matérias-primas utilizadas pela sociedade e cuja caracterização é de elevada importância para toda a sociedade. A exploração do ambiente, de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável, sempre foi uma premissa básica para o setor. A atividade das EFPCs, tanto em questões operacionais e administrativas como também na esfera vinculada diretamente ao veículo de investimento no setor econômico, sempre foi guiada por princípios, como o da garantia do desenvolvimento econômico e social ecologicamente sustentado e o do respeito à identidade, cultura e interesse das comunidades tradicionais e grupos formadores da sociedade.

Materiais

Entre as ações de consumo consciente reportadas, destaca-se a que está relacionada com a utilização de papel. Um total de 47,8% das EFPCs afirmam utilizar papel com certificação florestal *Forest Stewardship Council* - FSC⁴. Os dados mostram que o papel de origem certificado tem ganhado força, com destaque para 13,04% que dizem utilizar tanto papel

⁴ Refere-se, em sigla em inglês, ao Forest Stewardship Council. Internacionalmente reconhecido, baseia-se em um sistema de certificação florestal que busca contribuir para o uso adequado dos recursos naturais, apresentando uma alternativa à exploração predatória das florestas. Atesta que determinada empresa ou comunidade obtém produtos florestais respeitando os aspectos ambientais, sociais e econômicos da região. Fonte: Institucional FSC. Disponível em: <http://br.fsc.org/index.htm>.

com certificação e proveniente de processo de reciclagem. A utilização de materiais de limpeza menos agressivos também é apontada como uma ação adotada por 23,9% dos respondentes.



Consumo de Energia

A gestão operacional do aspecto envolvendo o consumo energético nas operações das Entidades é executada por meio de medidas de ecoeficiência energética (medido nos indicadores EN5 e EN6) e da substituição de fontes de energia fósseis por renováveis (medida nos indicadores EN3 e EN4). Além de diminuir o consumo de energia direta, o desenvolvimento de produtos e serviços com baixo consumo de energia (EN6) e a redução no consumo de energia indireta (EN7) – como a seleção de matérias-primas com baixo consumo de energia ou o uso de serviços como viagens – são estratégias importantes, que primam pela otimização no uso ou pela eliminação do uso de insumos como energia em todas as suas formas e em todas as suas esferas, sejam elas direta ou indiretamente ligadas às atividades de cada Entidade e do setor como um todo.

Devido à natureza de sua atividade, as EFPCs não dispõem de grandes alternati-

vas na busca por fontes diretas de energia, obtendo-a por meio dos fornecedores convencionais, o que reforça a importância do consumo inteligente.

Sob a ótica da redução do consumo de energia, em linha com o indicador EN7 da GRI, as Entidades foram perguntadas quanto às iniciativas que adotaram com o objetivo de obter redução no consumo de energia. Um total de 54% das respondentes afirmou ter adotado sistemas de iluminação mais eficientes. Outros 34% afirmaram a adoção de sistemas de ar-condicionado mais eficientes e um universo de 46% afirma ter adotado a utilização de instrumentos de trabalho como computadores, impressoras e periféricos mais eficientes. Um aspecto de destaque e que tem alto potencial de replicabilidade entre as Entidades do setor esteve atrelado à substituição de viagens por telefonemas ou videoconferências, sendo reportado por 37% das Entidades pesquisadas. 15% dos respondentes afirmaram não adotar nenhuma iniciativa visando a redução no consumo de energia.

Iniciativas adotadas visando a redução no consumo de energia	
Sistemas de iluminação mais eficientes	54%
Sistemas de ar-condicionado mais eficientes	34%
Computadores, impressoras e periféricos mais eficientes	46%
Substituição de viagens por telefonemas ou videoconferências	37%
Outras iniciativas	5%

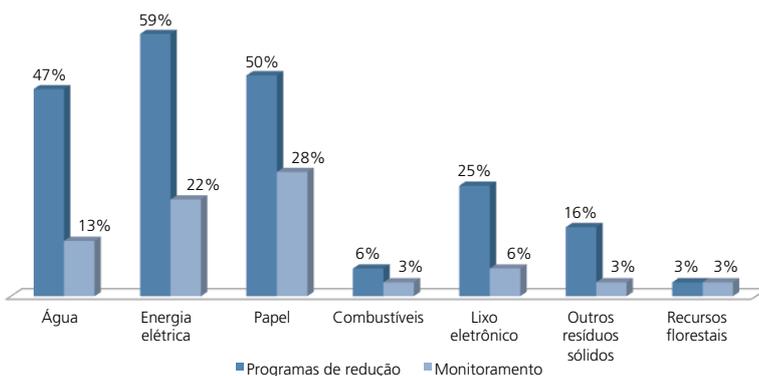
Entre as ações que foram descritas no questionário como formas adotadas para redução no consumo de energia, aparecem a instalação de sensores de presença para iluminação, redução de 1 hora diária no uso do ar-condicionado, campanhas internas de procedimentos, manutenção e conscientização, implantações de siste-

mas de gestão de uso da energia, centralização do ar-condicionado e lembretes deixados nas estações de trabalho dos colaboradores reforçando essas ações, todas articuladas em uma estratégia de engajamento dos empregados e demais públicos envolvidos com foco no tema da busca pelo uso racional dos recursos energéticos.

Ecoeficiência

O questionário de consulta contemplou uma pergunta acerca dos processos de ecoeficiência adotados pelas EFPCs, questionando a existência de programas, metas de redução e monitoramento do consumo de recursos. Foram acrescentados novos aspectos na pesquisa baseados nos indicadores GRI, como busca por eficiência em combustíveis, resíduos eletrônicos, outros resíduos sólidos e recursos florestais.

Práticas de ecoeficiência das EFPCs



Dentre as 32 Entidades que se atentaram para esta pergunta, com foco na preocupação com a eficiência no uso dos recursos, 46,88% afirmaram ter programas de redução de uso da água, com destaque para o fato de que a prática de monitoramento dos resultados das ações em busca de redução no consumo de recurso natural permeiam 12,5% delas. Em se tratando de metas de redução, 14% disseram tê-la atingido no ano de 2012.

Quanto ao uso de energia elétrica, um total de 59,4% das Entidades afirmou ter programas de redução do consumo, e 21,88% fazem o acompanhamento dos resultados das metas de redução estabelecidas. Sobre o uso de papel nas Entidades pesquisadas, 50% apresentam programas de redução e 28,13% monitoram o andamento destes programas, demonstrando empenho em atingir as metas e visando contribuir para a redução de custos e boas práticas ambientais.

A iniciativa de adotar um programa oficial de redução no consumo de combustíveis envolve 6,25% dos pesquisados e 3,13% monitoram o desempenho por meio de indicadores de uso de combustível após a implementação dessas estratégias. É importante ressaltar também que 33% das Entidades que implantaram estratégias de redução associadas às medidas de monitoramento de desempenho afirmaram atingir tais metas. Os programas de redução na geração de resíduos eletrônicos estão presentes em 25% das Entidades pesquisadas, com 6,25% delas adotando medidas de monitoramento. É possível destacar que 33% das Entidades que fixaram metas para redução na geração de resíduos eletrônicos obtiveram resultados positivos, efetivamente reduzindo os volumes gerados antes da adoção das práticas sustentáveis em questão.

Quanto à geração de outros resíduos sólidos, 15,63% das Entidades pesquisadas adotam estratégias de implantação de programas de redução na geração destes resíduos, com 3,13% das Entidades deste universo monitorando o andamento desta prática.

Considerando as diversas práticas identificadas, com foco no uso racional e sustentável de recursos naturais importantes, vale ressaltar que estratégias e ferramentas de definição

e de gerenciamento de metas e de monitoramento focadas no endereçamento de iniciativas de programas ou projetos de uso racional de recursos são um caminho interessante na busca por resultados positivos de perpetuidade dos negócios, e é uma fronteira de extremo valor para ser explorada pelas Entidades e pelo setor como um todo.

Emissões, Efluentes e Resíduos

A partir do monitoramento, é possível a implementação de ações consistentes, com o objetivo de promover metas de redução e a neutralização das emissões tanto das Entidades, como da Abraap. Quando a questão envolve a adoção de programas de redução de emissões geradas, 5% das Entidades pesquisadas possuem um programa focado no alcance das metas estabelecidas. É interessante registrar também que 7% das Entidades afirmam realizar trabalhos de mapeamento de oportunidades vinculadas aos efeitos das mudanças climáticas, dando indícios de que o setor já começa a se preparar para adaptação e/ou mitigação pertinentes a essa questão global impactante.

adotar práticas de elaboração e execução de inventários de emissões. Iniciativas tomadas pelas EFPCs para a gestão de emissões

Outras Ações Socioambientais

Em relação a investimentos em ações socioambientais, 12% das Entidades afirmaram ter realizado esse tipo de gasto durante o ano de 2012, totalizando um montante de R\$ 15 milhões, valor significativo e destinado a questões que beneficiam diretamente o meio ambiente, numa ação de destaque e de proatividade.

É importante perceber ainda que, mesmo que a atuação de uma EFPC não esteja relacionada diretamente com impactos ambientais significativos, as Entidades respondentes têm demonstrado forte compromisso com a manutenção de um ambiente equilibrado e a gestão proativa dos recursos naturais. Esse compromisso está presente algumas vezes em ações simples e relacionadas ao dia a dia de trabalho e outras no engajamento de questões adotadas pelo mercado, como gestão de emissões ou investimentos socioambientais.

Iniciativas tomadas pelas EFPCs para a gestão de emissões

Faz inventário de emissões	5%
Possui programa para redução de emissões	5%
Mapeamento de riscos e oportunidades por efeitos das mudanças	7%
Substituição de viagens por telefonemas ou videoconferências	37%
Outras iniciativas	5%

Quando o assunto é a gestão das emissões de gases e resíduos, as Entidades pesquisadas apresentaram práticas alinhadas com as melhores iniciativas presentes no mercado. Um universo de 5% da amostra consultada afirma





Investimentos Sustentáveis



“Investidores institucionais têm o dever de atuar de acordo com os melhores interesses daqueles cujos ativos são responsáveis. Esse dever envolve destinar consideração adequada a qualquer fator, incluindo temas Environmental, Social and Governance (ESG), que afetem materialmente o desempenho dos investimentos.”
Principles for Responsible Investment (PRI).

A incorporação de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa em estratégias de investimentos é uma ferramenta de gestão voltada para o longo prazo. Em alinhamento com a própria missão do setor, de garantir proteção ao trabalhador e sua família por meio da gestão transparente e profissional dos recursos colocados à sua disposição, os investimentos realizados possuem um enorme potencial de contribuir para a garantia de um ambiente econômico perene. É nítido, portanto, que o impacto causado por meio das atividades operacionais de uma EFPC, referente ao ambiente em que se insere, mostra-se relativamente menor diante do enorme potencial relacionado às suas estratégias de investimentos, o que permite atingir uma cadeia extensa de influências por meio de políticas de investimentos capazes de integrar gradativamente e de forma planejada uma série de aspectos socioambientais e de governança corporativa.

Conhecidos como Investimentos Socialmente Responsáveis, ou apenas Investimentos Sustentáveis, a integração das preocupações socioambientais e de governança corporativa aos critérios tradicionais de decisão de investimentos cumpre o objetivo de fornecer retornos financeiros adequados, ao mesmo tempo em que gerencia riscos no longo prazo e que abre formas diversas de criação e de fechamento de novas oportunidades de negócios. A Abrapp e as Entidades compreendem que este proces-

so de integração passa pela compreensão de como, por exemplo, fatores socioambientais afetam o crescimento econômico, como tais variáveis influenciam preferências dos consumidores, como e quando ocorrem mudanças na legislação socioambiental, como as empresas gerenciam suas cadeias produtivas sob a ótica socioambiental, como variáveis socioambientais afetam diretamente a lucratividade e os preços de ativos no mercado de ações, e também de que forma os capitais humanos e intelectuais estão integrando de fato questões socioambientais em suas análises mercadológicas.

Neste sentido, a integração de temas ESG, complementares aos aspectos econômicos tradicionalmente considerados, tem se transformado em prática. A seguir, apresentamos algumas iniciativas que são apoiadas pela Abrapp e por suas associadas que suportam a aplicação dos aspectos ESG em suas estratégias de investimentos.

Iniciativas de Investimentos Sustentáveis

Os seis princípios do PRI – Principles for Responsible Investment

Princípio 1: Incluir as questões de ESG nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão.

Princípio 2: Sermos proprietários ativos e incorporar os temas de ESG nas políticas e práticas de retenção de ativos.

Princípio 3: Buscar a transparência adequada nas empresas em que investimos quanto às questões de ESG.

Princípio 4: Promover a aceitação e a implementação dos princípios no conjunto de investidores institucionais.

Princípio 5: Trabalhar juntos para reforçar nossa eficiência na implementação dos Princípios.

Princípio 6: Divulgar nossas atividades e progressos em relação à implementação dos Princípios.

O PRI tem se consolidado como principal iniciativa de investidores institucionais para promoção de ações de gerenciamento de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa – ESG – no mundo, e as EFPCs brasileiras têm se posicionado com forte alinhamento diante dessa estratégia. No Brasil, são 65 signatários, sendo 17 Fundos de Pensão, todos associados da Abrapp. Juntos, estes

17 Fundos possuem aproximadamente R\$ 399 bilhões de ativos sob gestão, que representam aproximadamente 62% do setor de previdência complementar fechada do país.

Ao se tornar signatária, a Entidade se compromete com a incorporação de critérios ESG em suas análises de investimentos e, mais que isso, com o reporte das ações conduzidas.

A participação ativa dos Fundos de Pensão pode ser percebida com a criação de um grupo de trabalho específico dos Fundos de Pensão dentro da rede de relacionamento local do PRI, que tem como objetivo a ampliação da inserção das questões ESG em suas políticas de investimento. O grupo promove o compartilhamento de informações e busca melhores práticas internacionais de investimento responsável nas diferentes classes de ativos, para suportar a aplicação de diferentes metodologias de análise de investimento e incorporação do tema nas Entidades.

Signatários PRI - 2012	
CELPOS	INFRAPREV
CENTRUS	MONGERAL
ECONOMUS	PETROS
FAELBA	POSTALIS
FASERN	PREVI
FORLUZ	REAL GRANDEZA
FUNCEF	SISTEL
FUNDAÇÃO CESP	VALIA
FUNDAÇÃO ITAÚ	
UNIBANCO	

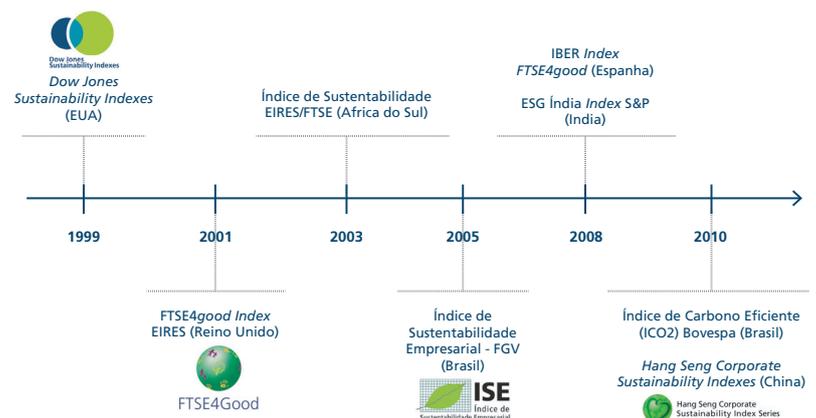
Índices de Sustentabilidade pelo Mundo

Segundo dados da Thomson Reuters, os Estados Unidos totalizavam, ao final de 2012, quase US\$ 4 trilhões em investimentos engajados em sustentabilidade e práticas de gestão

responsáveis, correspondentes a 11% dos ativos geridos no país. Na Europa, o valor neste tipo de investimento somava € 6,8 trilhões em dezembro de 2011, ou cerca de 50% dos recursos geridos na região, segundo a *European Fund and Asset Management Association* (Efama). Não existem estudos que apresentem quanto de capital está disponível no Brasil atualmente para investimentos em práticas sustentáveis, contudo, é possível afirmar que essa é uma tendência que vem sendo construída e aprimorada.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA foi criado em 2005, desde o começo com o apoio da Abrapp, que faz parte do Conselho Deliberativo, e desde então tem expandido o número de empresas na carteira e o número de interessadas em participar do processo de seleção. No final de 2012 foi divulgada a carteira que estaria vigente no ano de 2013, na qual estavam presentes 37 companhias representando 51 ações entre as 200 mais líquidas da bolsa.

Esse tipo de iniciativa, que constrói ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, está inserido em um contexto internacional de construção de indicadores que visam medir as práticas das empresas frente ao seu desempenho econômico, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Na figura a seguir, apresentamos o histórico dos índices em bolsa pelo mundo:



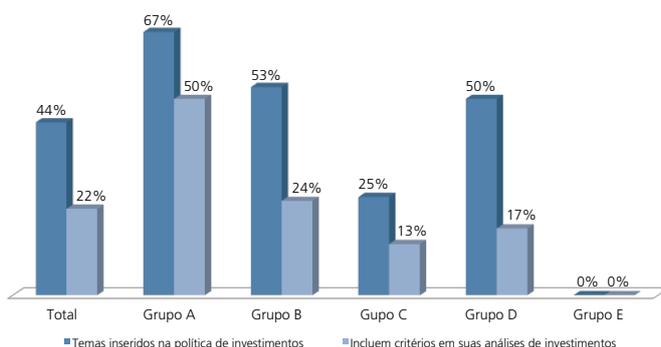
Emissões, Efluentes e Resíduos

Todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar participantes da consulta foram convidadas a responder o Suplemento Financeiro da pesquisa. Dentre elas, 41 encaminharam suas respostas. As questões abordavam a forma como cada uma aplica ou incorpora aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa em suas estratégias de investimentos. O processo de consulta e o envolvimento das Entidades no processo de relato contribuem para demonstrar o compromisso da Abrapp e de suas associadas com a incorporação de questões socioambientais e de governança corporativa. Iniciativas voluntárias, como o PRI, utilizam a estratégia de reporte de práticas para demonstrar o envolvimento dos signatários com os princípios assumidos. Contudo, ao consultar seus signatários, a Abrapp assume novo papel de liderança e influência, expandindo o reporte destas práticas por meio da inclusão de Entidades ainda não habituadas ao tema.

Um total de 44% das EFPCs afirma possuir política de investimentos que considera temas ambientais, sociais e de governança corporativa entre suas diretrizes e premissas e que, dessa forma, reconhecem sistematicamente a relevância do tema no dia a dia dos negócios.

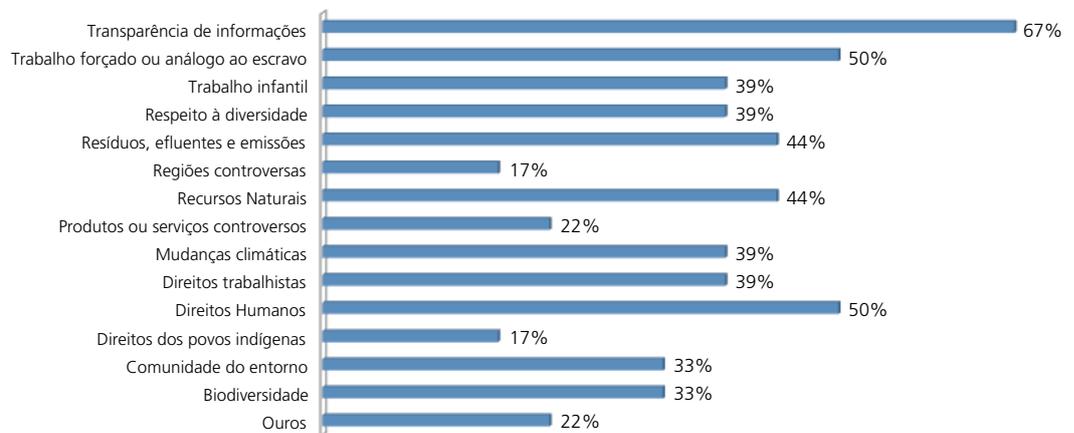
Quando questionadas sobre a inclusão destes mesmos critérios em suas análises de investimentos, um total de 22% afirma adotar tal prática. A inclusão de critérios socioambientais e de governança nas análises de investimentos é um processo complexo e que o setor tem atuado de forma gradativa e estratégica, guardadas todas as necessárias especificidades e desafios. O comprometimento da Abrapp é com grandes desafios, complementando as estratégias de engajar e promover a responsabilidade frente ao gerenciamento dos riscos socioambientais diretos e indiretos apresentados pelo setor, e também contribuindo para a disseminação e para o avanço das práticas, com iniciativas que possam influenciar a gestão das estratégias de investimentos cada vez mais.

EFPCs que consideram temas ambientais e de governança corporativa em sua estratégia de investimentos



Quando analisamos as questões voltadas para as políticas de investimentos, percebemos que o tema mais comum refere-se à transparência de informações, que está presente em 67% das políticas. Em seguida, estão dois temas sociais, trabalho forçado ou análogo ao escravo e direitos humanos, ambos presentes em 50% das políticas. Já os temas da dimensão ambiental são incluídos por 44% das EFPCs e referem-se a resíduos, efluentes e emissões e recursos naturais.

Temas adotados pelas EFPCs na política de investimentos



Para entender como são endereçadas as questões ambientais, sociais e de governança corporativa nas estratégias de investimentos, foi abordado na pesquisa a metodologia que cada EFPC aplica para tratar as questões. Foram considerados dois critérios: tipo de ativo e método de tratamento. Os métodos de tratamento seguem as tendências internacionais e podem ser definidos a partir das seguintes definições:

Filtros: também conhecidos como *screening* (negativo ou positivo) os filtros socioambientais servem para retirar ou adicionar ativos no universo de investimentos, antes de serem avaliados conforme suas características de risco e retorno. Filtros podem ser aplicados a setores inteiros ou a ativos específicos a depender de seu desempenho

Be-in-Class: consiste na atribuição de um *rating* socioambiental ao ativo, que é usado em combinação com análise econômico-financeira tradicional para a tomada de decisão de investimento.

Engajamento: mecanismos de engajamento são, desde o diálogo aberto e a consulta sobre impactos ambientais e sociais, e, até a inclusão de parceiros empresariais e sociais nos processos decisórios da companhia investida.

Integração: consiste na inserção das variáveis socioambientais na análise econômico-financeira e de risco-retorno dos ativos

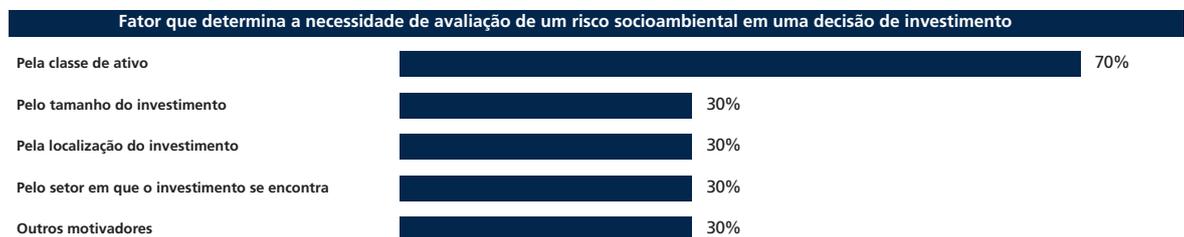
Os dados coletados, apresentados na tabela a seguir, demonstram que as ações se dividem entre os métodos disponíveis, não existindo nenhuma categoria de ativo ou estratégia que se destaque sobre as demais. Essa percepção é positiva e permite constatar que as Entidades engajadas na inserção de análises de riscos *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG) em investimentos estão adotando as diversas metodologias disponíveis para endereçar essas questões em suas ações. Contudo, algumas análises são possíveis. Fica claro que estratégias de engajamento e integração estão mais presentes em investimentos de renda variável e em participações. Na renda fixa, os filtros negativos possuem leve prevalência em relação aos positivos e, para todas as categorias de ativos, as estratégias de best in class possuem percentuais menores em relação aos demais, apenas os investimentos imobiliários apresentam percentuais semelhantes para esta metodologia.

Entre as ações de engajamento, é importante destacar que algumas EFPCs reportaram a quantidade de empresas engajadas em 2012. No total, as respondentes afirmam ter interagido com 70 empresas, o que representa 47,95% do total de empresas investidas por essas Entidades. Uma Entidade, por exemplo, afirmou interagir com todas as suas investidas, contudo, não reportou a quantidade total.

Percentual dos critérios adotados para cada categoria de ativo Entre entidades que incluem questões ESG – ambientais, sociais e de governança corporativa – em estratégias de investimentos					
RECURSO	Filtro		Best in Class	Engajamento	Integração
	Negativo	Positivo			
Renda variável	40%	50%	30%	60%	60%
Renda fixa	40%	30%	30%	30%	40%
Imobiliários	40%	40%	40%	30%	40%
Direitos creditórios	40%	30%	30%	30%	40%
Participações	30%	50%	30%	50%	50%
Outros	30%	10%	20%	30%	30%

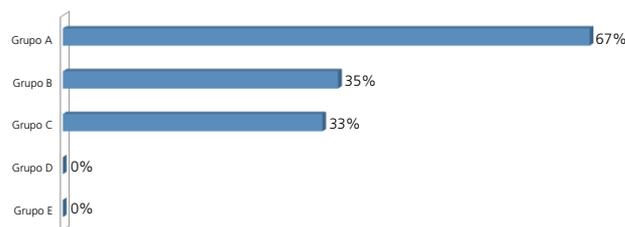
Entre os recursos disponíveis para adoção dos critérios ESG nos investimentos, a prevalência de que todos os analistas sejam responsáveis por aplicar a análise é adotada por 60% das Entidades. Relatórios ou acesso à base de informações externas estão presentes nas ações de 50% das EFPCs que tratam esses temas. Entre as questões que determinam a necessidade de avaliação de um risco socioambiental em uma decisão de investimento, a prática que prevalece é que o fator seja a classe de ativo, afirmam 70% das Entidades.

Entre as ações de capacitação de colaboradores, destaca-se que 45% das Entidades, que realizam treinamento afirmam conscientizar 100% de seus analistas de investimentos sobre a inclusão de aspectos socioambientais e de governança corporativa nas políticas e nas análises de investimento, sendo que um universo de 36% das Entidades afirma conscientizar até 25% de seus analistas e, 9% delas, entre 75 e 100%.



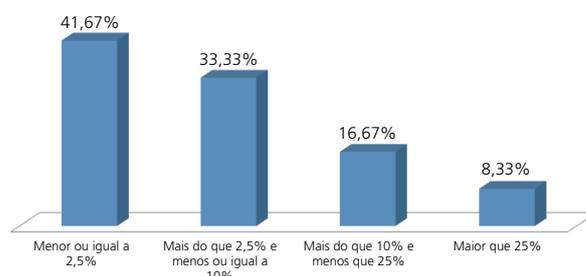
Quando questionadas sobre investimentos em produtos específicos com foco ESG como, por exemplo, fundos de renda variável com foco em governança corporativa ou sustentabilidade e FIPS temáticos, 33% das EFPCs afirmaram realizar tal investimento. Quando analisamos a distribuição por Grupos de EFPCs, podemos perceber que a estratégia ganha força no Grupo A, com 67% das Entidades da categoria investindo em tais produtos.

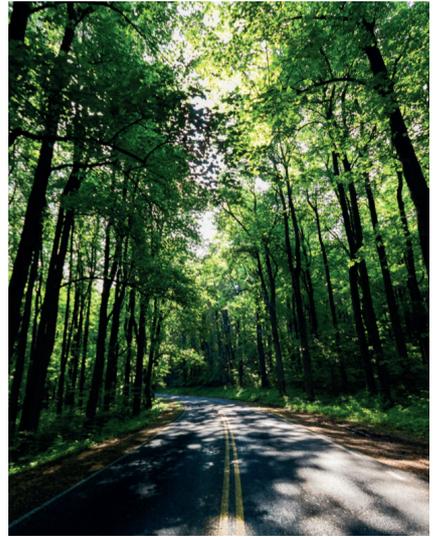
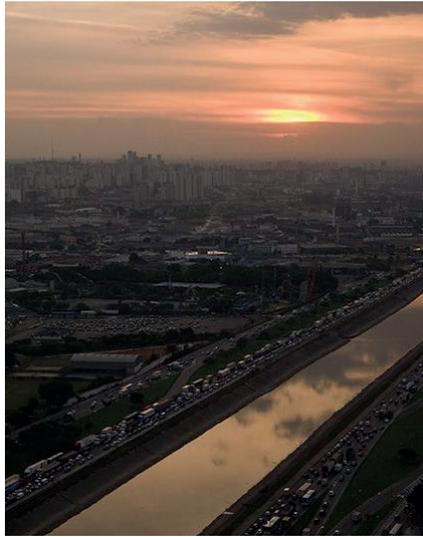
Percentual das EFPCs que investem em produtos específicos com adicionalidade socioambientais



Lembrando que o Grupo A é formado por EFPCs com total de ativos superior a 15 bilhões de reais, o Grupo B engloba aquelas que têm entre 2 bilhões de reais e 15 bilhões de reais, o Grupo C é composto pelas que têm entre 500 milhões de reais e 2 bilhões de reais, o Grupo D contempla as que possuem entre 100 milhões de reais e 500 milhões de reais e o Grupo E reúne os Fundos de Pensão cujo total de ativos é inferior a 100 milhões de reais.

Percentual de investimentos em produtos com adicionalidades socioambientais em relação ao total de ativos investidos pela EFPC







Desempenho dos Patrocinadores e Instituidores



De acordo com a Coletânea de Normas da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), esta é a definição de Patrocinador e Instituidor:

Patrocinador

“Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas que instituem, para seus empregados ou servidores, Plano de Benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de Entidade de Fundo de Pensão Complementar.”

Instituidor

“Pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial que oferece aos seus associados planos de benefícios de caráter previdenciário administrado por uma Entidade de Fundo de Pensão complementar.”

A importância de se pesquisar o desempenho apresentado pelos Patrocinadores e Instituidores é identificar práticas socioambientais e avaliar se elas estão alinhadas àquelas apresentadas pelas EFPCs. Os Patrocinadores ou Instituidores são instituições que patrocinam os planos de benefício geridos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). A análise aqui apresentada terá em vista aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa.

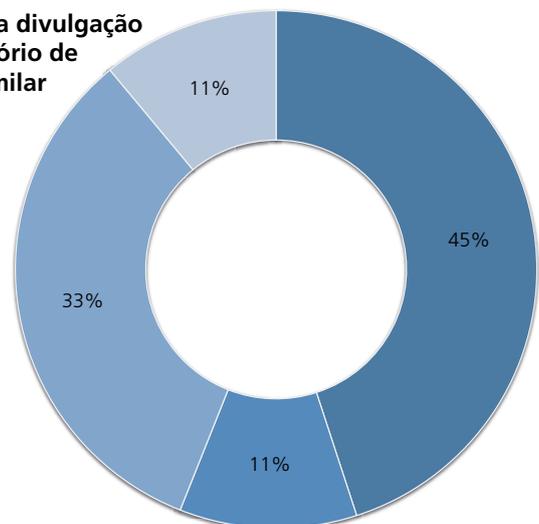
Neste ano, a pesquisa foi respondida por seis patrocinadores e instituidores. Os respondentes correspondem a uma fatia de empresas bem posicionadas e que possuem a prática de reportar a seus stakeholders seu posicionamento em relação às questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

Governança Corporativa

Quanto à elaboração e publicação de Relatório de Sustentabilidade, Balanço Social ou documento similar, 100% dos patrocinadores e instituidores adotam tal iniciativa, das quais 57% seguem o modelo proposto pela Global Reporting Initiative (GRI), 15% o modelo de balanço social do Instituto Ethos e 15% utilizam modelo próprio. *Vale ressaltar que a soma dos indicadores utilizados não totalizam 100% em virtude da possibilidade dos relatórios seguirem mais de um modelo.*

Diretrizes seguidas para divulgação de balanço social, relatório de Sustentabilidade ou similar

- GRI
- Ethos
- Outros
- Não se aplica



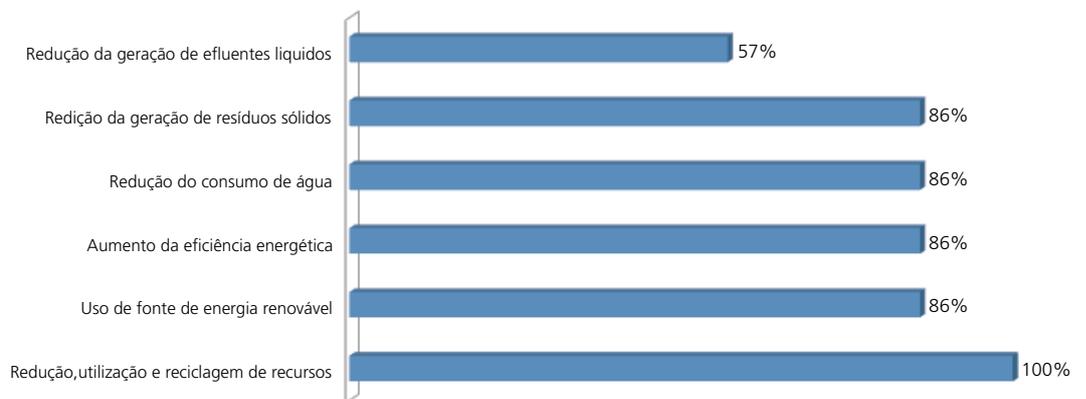
Código de Ética ou Conduta

Verifica-se que os Patrocinadores e Instituidores participantes deste relatório estão comprometidos com a questão de ética e conduta dos seus colaboradores, pois 100% possuem e divulgam o Código de Ética e Conduta para seus colaboradores. O resultado foi parecido com o relatório anterior, quando 97,3% dos patrocinadores e instituidores pesquisados responderam essa questão de forma positiva.

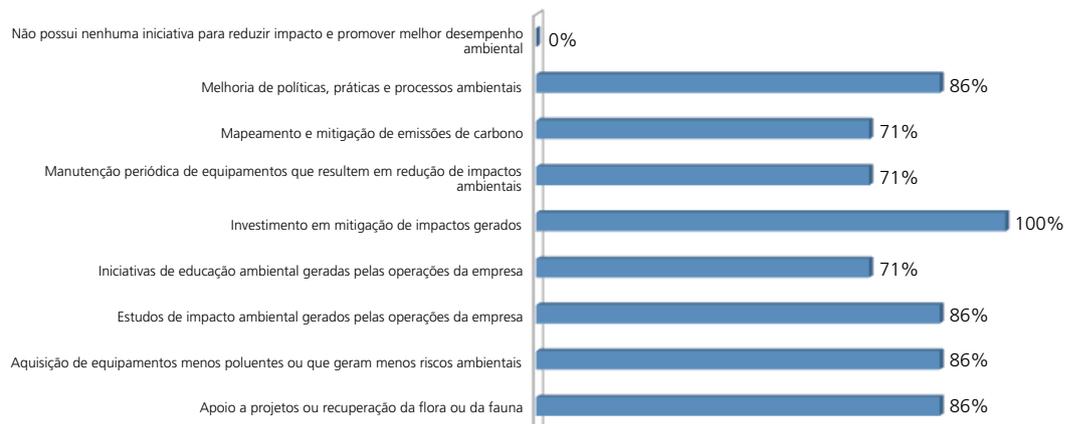
Aspectos Ambientais

As empresas patrocinadoras e instituidoras apresentam forte alinhamento com questões ambientais. Os indicadores demonstram a eficiência na gestão de seus recursos e posicionamento proativos frente à mitigação e melhoria no gerenciamento de resíduos e utilização de recursos naturais. Vale destacar que todas as empresas afirmaram investir em ações de mitigação de impacto ambiental e todas também promovem a redução, utilização e reciclagem de resíduos.

Patrocinadores e instituidores que realizam reduções em aspectos ambientais



Ações adotadas por patrocinadores e instituidores



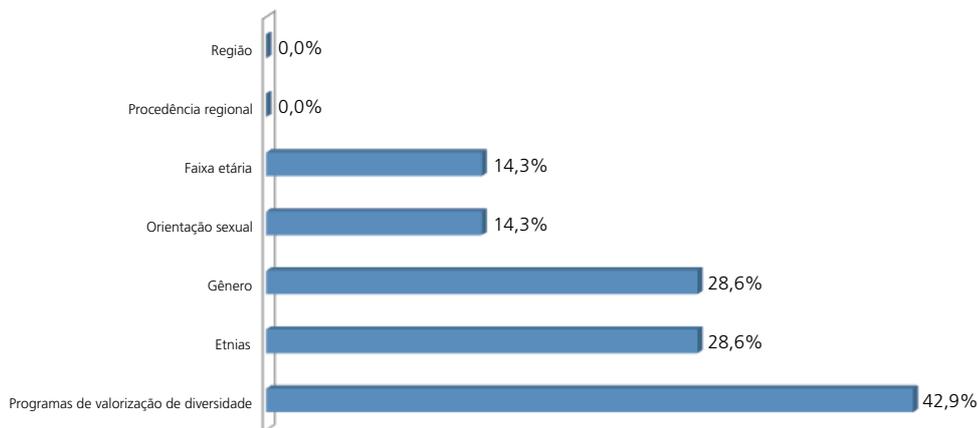
Em termos de investimentos, os patrocinadores e instituidores afirmaram terem gasto R\$ 293,9 milhões em melhorias de seus impactos ou promoções de iniciativas relativas ao meio ambiente.

Aspectos Sociais

Valorização da Diversidade nos Patrocinadores e Instituidores

Respeitar as diferenças, valorizar a diversidade e inibir diferentes tipos de assédio e mecanismos de discriminação são premissas importantes na gestão social das empresas que patrocinam ou entidades de classe que instituem EFPC.

Ações de valorização da diversidade



Entre as pesquisadas neste ano, 43% afirmaram ter um programa formal de valorização da diversidade.

Na comparação com a pesquisa anterior, 35% possuíam algum tipo de programa de valorização da diversidade, abordando temas relacionados à raça (21,6%), gênero (32,4%), orientação sexual (8,1%) e idade (5,4%).

Investimento Social Privado

Os Patrocinadores ou Instituidores vêm estruturando seu investimento social de forma a concentrar esforços em ações planejadas e estratégicas, pois 71,5% delas investiram em projetos sociais e ambientais.

Além disso, 57% destas empresas possuem programas de voluntariado dos seus empregados que se engajam em questões socioambientais alinhadas com as políticas das empresas.

Desempenho dos Empresas Investidas



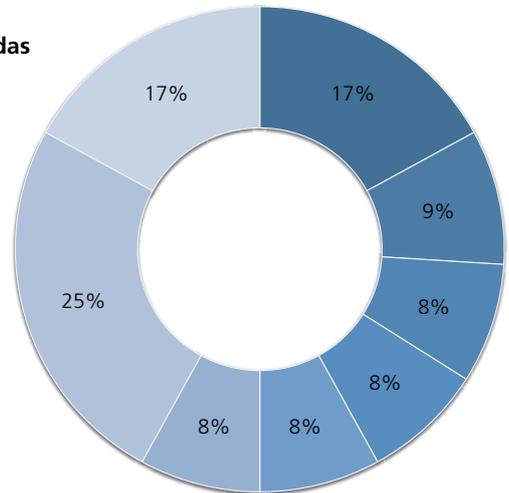
O importante papel de investidor institucional e gestor de ativos que, como já mencionamos, ultrapassaram R\$ 641 bilhões⁵ ao final de 2012, faz com que cada EFPC tenha uma posição de extrema relevância no fomento da economia brasileira. Além disso, por serem acionistas das maiores empresas brasileiras, seus investimentos impulsionam as boas práticas de gestão e de governança corporativa. Como demonstraram os dados apresentados ao longo deste relatório, as EFPCs têm assumido papel fundamental de engajamento das empresas para que implementem critérios ambientais, sociais e de governança corporativa em sua estratégia de atuação, o que tem contribuído para a mitigação de impactos socioambientais causados pelas atividades dessas empresas, melhora na administração dos recursos humanos, utilização dos recursos naturais e outras vantagens competitivas. O benefício da mudança de estratégia e do modelo de gestão em relação a essas questões gera valor não só para a Entidade, seus participantes e assistidos como também para toda a sociedade.

Perfil da Amostra

Entre as empresas pesquisadas foram elencados 12 setores de atuação, sendo o setor do varejo o mais presente, contando com 4 respondentes, seguido pelo setor bancário que teve 2 respondentes. Os demais setores citados foram: indústria, logística, petróleo e gás, química e petroquímica, serviços bancários, e outros. Em outros foram citados mercados de capitais e prestação de serviços gerais. A análise dos dados será feita baseando-se nas respostas recebidas, entretanto, deve-se notar que se trata de uma amostragem baixa frente ao universo das empresas que recebem investimentos de Fundos de Pensão.

Setores de atuação das organizações pesquisadas

- Bancos
- Indústria
- Logística
- Petróleo e gás
- Química e petroquímica
- Serviços bancários
- Varejo
- Outros

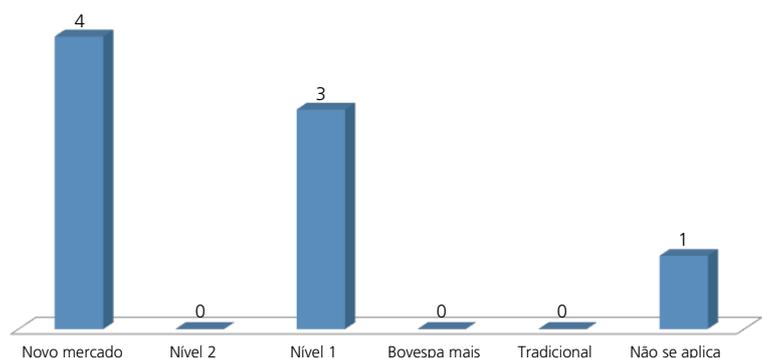


Cabe aqui a ressalva de que, para uma conclusão mais assertiva sobre o cenário em que efetivamente encontram-se as empresas participadas pelos Fundos de Pensão, a participação destas na pesquisa deveria ampliar-se a fim de obter mais informações.

Governança Corporativa

Entre os respondentes, 4 estão classificados como Novo Mercado de acordo com os critérios de governança corporativa da BM&FBOVESPA, nenhum apresenta nível 2 de governança, enquanto 3 apresentam nível 1. Um respondente não se aplica a essa questão, pois se trata de empresa de capital fechado.

Nível de governança segundo critérios BM&FBovespa



⁵Fonte: Consolidado Estatístico Abrapp – dez./2012.

Código de Ética ou Conduta

Em relação à exigência de código de ética como forma de promover e esclarecer aspectos éticos entre colaboradores, 87,5% afirmaram adotar tal iniciativa. Além disso, todas as pesquisadas possuem canal de recebimento de denúncia em relação a violações éticas, 75% possuem políticas de treinamento para as questões éticas e 50% determinam estruturas específicas que são responsáveis pela gestão da ética na organização, assim como a mesma proporção afirma utilizar sistemas estruturados para a gestão.



Questões Ambientais

Sobre a perspectiva das questões ambientais, 88% das empresas pesquisadas afirmaram incluir o tema nas políticas corporativas da organização.

A iniciativa mais reportada por empresas investidas quanto ao seu desempenho em aspectos ambientais foi o indicador de redução e reciclagem de recursos, com 100% dos respondentes relatando tal prática. Em seguida são citados o consumo de água e aumento da eficiência energética. Além disso, metade das pesquisadas afirmaram usar fontes renováveis de energia.

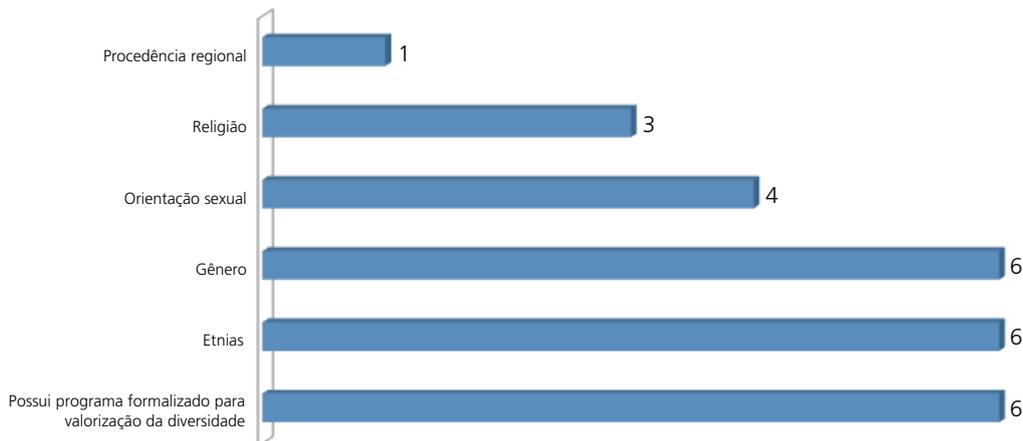


Investimentos Realizados

Entre as empresas pesquisadas, 75% afirmaram ter realizado gastos para a melhoria de seu impacto e promoção de iniciativas relativas ao meio ambiente em 2012. O montante geral de investimentos declarados pelas instituições foi superior a R\$ 320 milhões.

Questões Sociais

Programa para valorização de diversidade



Valorização da Diversidade

Tratando de valorização da diversidade dentro das organizações, 6 empresas afirmaram ter um processo formalizado de valorização das diferenças. Etnias e gênero são as mais abordadas, com 6 empresas tratando desses temas. Orientação sexual e religião são tratados por 4 e 3 empresas, respectivamente, enquanto procedência regional é um tema abordado por uma empresa pesquisada.

Investimento social privado

No que diz respeito à realização de investimento social privado, 87,5% das empresas, o que corresponde a 7 do total pesquisado, afirmaram realizar esse tipo de investimentos.



Trilhando Novos Caminhos



Tendências para o Avanço Sustentável das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

O presente relatório é o resultado de um processo sistêmico de construção. Alinhado ao histórico construído pela Abrapp nos últimos 10 anos, foi pautado pelo princípio norteador de que o engajamento e a evolução das ações desenvolvidas pelas EFPCs são responsabilidades em constante aprimoramento. Esse posicionamento possui alinhamento com objetivo de construção de uma sociedade cada vez mais justa, consciente e responsável. A reconstrução dos mercados e instituições que nele se inserem, embora seja um objetivo cada dia mais consolidado pela sociedade e exigido pelos governos, não é tarefa fácil e nem possui uma resposta rápida e certa. Ao contrário, é um caminho de longo prazo na qual as ações se aprimoram diariamente. É nessa jornada que a Abrapp se encontra, se posicionando como indutora no engajamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar para que assumam um papel de influência, transformação e contribuição para impactos positivos à sociedade.

Neste momento de reporte, a Abrapp conduziu suas ações a partir do diálogo com as Entidades e com alguns de seus públicos de interesse – patrocinadores, instituidores e empresas investidas – engajando, esclarecendo e apoiando mudanças. Um ano após a publicação do “Guia Abrapp de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para EFPCs”, reafirmou sua posição frente aos indicadores de reporte mais consolidados no mundo, os indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI), e promoveu novos aprimoramentos para que possam ser melhores utilizados por EFPCs.

Ao longo deste documento apresentamos os indicadores coletados e demonstramos os pontos fortes da atuação das EFPCs associadas à Abrapp, que indicaram que o setor de previdência complementar fechada tem conduzido ações de gerenciamento das dimensões econômicas, ambientais, sociais e de governança corporativa de forma integrada e que tem consolidado relacionamentos saudáveis e parceiros com todas as suas partes impactadas.

As ações da Abrapp têm sido fundamentais para conscientizar o setor quanto aos riscos que os investimentos sofrem por formas de gestão não sustentáveis, e essa nova percepção tem conduzido a um desafio, que é o de reconectar as estratégias e práticas de investimentos com a economia e as dimensões que a permeiam, estabelecendo e considerando premissas de longo prazo. As melhores práticas assumidas por investidores institucionais no Brasil e no mundo relacionam a interdependência entre diversos aspectos ESG e por isso consideram a forma como impactos negativos de determinados setores econômicos impõe riscos e perdas para outros.

Esse é o novo paradigma a partir do qual as ações estão sendo construídas. Com o objetivo de contribuir com essa jornada, apresentamos cinco tendências que apontam e direcionam a evolução do setor. Elas foram estabelecidas a partir do acompanhamento dos indicadores coletados na pesquisa, considerando as práticas e ações consolidadas e aquelas que exigem avanços, em muitos casos por serem inovações e precisam ainda ser incorporadas à atuação das Entidades.

1 – Desenvolver e aplicar análises ESG – ambiental, social e de governança corporativa – em estratégias de investimentos

I. Incluir critérios ESG nas análises de investimentos para todas as classes de ativos – o caminho para efetivar essa iniciativa passa por contemplar temas nas políticas de investimento, transformá-los em procedimentos aplicáveis ao dia a dia dos analistas de investimento da Entidade e promover a revisão e o acompanhamento sistemático dos critérios adotados.

II. Promover o constante treinamento de todos os colaboradores envolvidos nas análises de investimento acerca dos critérios ESG adotados.

III. Expandir temas ambientais e sociais nas políticas de investimento, por exemplo, questões relacionadas à biodiversidade, recursos naturais, mudanças climáticas, direitos humanos e produtos ou serviços controversos.

IV. Estimular a interação das EFPCs com as empresas de sua carteira de investimentos em relação à questões socioambientais.

V. Estimular os investimentos em produtos com adicionalidades socioambientais, por exemplo, fundos de renda variável com foco em governança corporativa ou sustentabilidade e FIPs temáticos como energias renováveis.

VI. Gerenciar aspectos ESG na cadeia de fornecedores. Nesse sentido é preciso promover a avaliação de fornecedores em aspectos de direitos humanos e em conformidade com as legislações ambientais.

Para efetiva influência, é essencial adotar medidas em casos de desrespeito. Esta seria uma ação de engajamento das EFPCs nas empresas investidas.

VII. Incluir cláusulas em contratos com fornecedores que estabeleçam a possibilidade de encerramento de parcerias em situações de desrespeito aos direitos humanos. Vale resaltar que situações de ocorrência de trabalho análogo ao escravo ou forçado colocam em risco a cadeia de valor das empresas acusadas, por isso, as cláusulas contribuem para gerenciar o risco além de promover a engajamento positivo dos fornecedores.

2 – Aprimorar constantemente as estruturas e práticas que garantem a boa governança corporativa das EFPCs

I. Identificar, avaliar e mensurar impactos econômicos indiretos, tanto positivos como negativos, relacionados aos aspectos relevantes das Entidades.

II. Instituir canais formais para tratar casos de discriminação com base em cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social.

III. Expandir os compromissos formais relacionados ao combate à corrupção ou desrespeitos à conduta ética, contemplando processos e procedimentos para avaliação e monitoramento dos riscos.

IV. Continuar a atuar em total conformidade com regulamentos nacionais ou tratados internacionais quanto aos seguintes temas: aspectos ambientais, concorrência desleal, saúde e segurança de beneficiários e assistidos, comunicações de marketing e violação de privacidade.

V. Continuar promovendo o alinhamento das EFPCs frente às iniciativas voluntárias relacionadas à promoção da sustentabilidade nos negócios, com ênfase aos *Principles for Responsible Investment (PRI)*, *Carbon Disclosure Project (CDP)* e *Global Reporting Initiative (GRI)*.

VI. Avançar na instituição de comitês ou outras instâncias que garantam as boas práticas de governança corporativa das Entidades, principalmente com relação aos aspectos ESG.

3 – Promover o diálogo transparente e engajamento das partes interessadas – patrocinadores, instituidores, participantes, assistidos, governo, sociedade e outros públicos que impactam ou são impactados pelas ações do setor

I. Avançar nas práticas de reporte e transparência por meio da publicação de Relatórios de Sustentabilidade.

II. Estruturar mecanismos de diálogo com os públicos de interesse.

III. Expandir as iniciativas que removem barreiras na comunicação, contemplando o fornecimento de informações em Braille, atendimento telefônico para clientes com deficiência auditiva e protocolos especiais de acessibilidade em websites o que torna possível sua utilização por deficientes.

4 – Desenvolver iniciativas relacionadas à implantação de práticas ambientalmente e socialmente sustentáveis

I. Incentivar o consumo de insumos reciclados e a diminuição de geração de resíduos.

II. Adotar esforços proativos para reduzir o consumo de energia e água ou iniciativas para reutilizar a água nas dependências administrativas das Entidades.

III. Apoiar fornecedores locais a partir de ações de compras ou qualquer outro tipo de suporte que contribua para o desenvolvimento igualitário e inclusivo.

IV. Promover ações de voluntariado entre empregados.

5 – Prezar pelo desenvolvimento de melhores práticas de trabalho

I. Avançar nas iniciativas de gestão de carreira incluindo planejamento de longo prazo para retenção de talentos, programas de apoio à transição de empregados que estão se aposentando e apoio à transição para empregados demitidos.

II. Contribuir para o desenvolvimento humano considerando, endereçando e tratando, quando possível, aspectos de gênero e raça do público interno, sempre levando em conta a valorização da diversidade.

III. Garantir aos trabalhadores terceirizados tratamento igualitário aos oferecidos aos colaboradores diretos das Entidades, contribuindo para a promoção de práticas trabalhistas justas e inclusivas em toda a sua cadeia.

IV. Conduzir ações de assistência aos empregados quanto à saúde e segurança e qualidade de vida.

Sumário Executivo



1. Visão Estratégica

- 4ª edição do Relatório de Sustentabilidade, antes chamado de Relatório Social (2007, 2008 e 2010).
- 1ª vez que se adotou a metodologia GRI (Global Reporting Initiative) com base no “Guia ABRAPP para elaboração de relatórios de sustentabilidade para as EFPCs” lançado em 2012 que permite a comparabilidade da gestão sustentável realizada nas entidades.
- As 52 questões do Relatório foram respondidas por 46 entidades (17% das associadas da Abrapp), 6 patrocinadores/instituidores e 10 empresas investidas (aquelas nas quais as EFPCs investem ou possuem participação considerada relevante).
- Nessa edição, as entidades foram categorizadas em 5 grupos, de acordo com o patrimônio sob gestão, de modo a facilitar a análise.
- 15 Fundos de Pensão participaram pela primeira vez do Relatório (32% dos respondentes).
- As EFPC respondentes empregaram 5.648 pessoas em 2012 (56% mulheres), mais 370 funcionários terceirizados, 332 estagiários e jovens aprendizes e 27 temporários.

Entrega de Valor

O avanço na gestão estratégica da sustentabilidade nos fundos de Pensão objetiva a construção de uma sociedade cada vez mais consciente e responsável.

Utilização do Guia de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para EFPCs

Primeira utilização oficial do Guia lançado em 2012 para relatar os avanços da sustentabilidade do segmento.

2. Governança Corporativa e Transparência

Governança

A estrutura de governança mais comum é o Comitê de Investimentos, presente em 78,26% das Entidades, a segunda mais comum é o Comitê de Risco Financeiro presente em 26,09% delas.

Comitê de Sustentabilidade

Presente em 10,87% das Entidades. A instituição ou incorporação das funções dessa instância precisa avançar nas Entidades.

Ética

A maioria das Entidades (87%) possui Código de Ética ou de Conduta.

Relacionamento com Participantes e Assistidos

60,87% das EFPCs respondentes afirmam adotar iniciativas de atendimento a participantes em áreas de difícil acesso, sendo a prática mais comum por meio eletrônico ou telefônico.

Relacionamento com Participantes e Assistidos - Desafio

Em relação à remoção de barreiras de comunicação e promoção da acessibilidade para públicos com necessidades especiais, 51,11% reportam iniciativas nesse sentido.

3. Social

Raça - Desafio

Com base nas entidades respondentes desta pesquisa, o percentual de funcionários negros nos Fundos de Pensão em 2012 correspondia a 9% do total, contra 86% dos brancos e 5% de outras.

Canais formais para o recebimento de denúncias de discriminação

Dos Fundos de Pensão que responderam a pesquisa, 50% dizem ter estes canais formais (ouvidoria, ombudsman, caixas de email dedicadas ao tema, entre outros), além disso, destes, 12% afirmam possuir plano de reparação formalmente estabelecido.

Saúde e Segurança e Qualidade de Vida

38% das Entidades dizem possuir comitês formais de saúde e segurança no trabalho que visam programas de saúde ocupacional.

4. Meio Ambiente

Ações de Consumo Consciente

47,87% das EFPCs afirmam utilizar papel reciclado ou com certificação florestal Forest Stewardship Council - FSC

Consumo de Energia

54% das respondentes afirmou ter adotado sistemas de iluminação mais eficientes. Outros 34% afirmaram a adoção de sistemas de ar-condicionado mais eficientes e um universo de 46% afirma ter adotado a utilização de instrumentos de trabalho como computadores, impressoras e periféricos mais eficientes.



5. Investimentos Responsáveis

Temas ESG nas Políticas de Investimentos

Um total de 44% das EFPCs afirma possuir política de investimentos que considera temas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) entre suas diretrizes e premissas e que, dessa forma, reconhecem sistematicamente a relevância do tema no dia a dia dos negócios.

Inclusão Temática ESG nas análises de investimentos

24% das EFPCs respondentes afirmam adotar tal prática.

Temática Social nas Políticas de Investimentos

Dois temas sociais presentes em 50% das Políticas de Investimentos, trabalho forçado ou análogo ao escravo e direitos humanos.

Temática Ambiental nas Políticas de Investimentos

Já os temas da dimensão ambiental são incluídos por 44% das EFPCs e referem-se a resíduos, efluentes e emissões e recursos naturais.

Estratégias de endereçamento da temática ESG

As quatro estratégias de endereçamento ESG (filtro, best inclass, engajamento, integração) são exploradas de maneiras diferentes pelas entidades, sendo o segmento de Renda Variável o de maior.

Ações de Engajamento em 2012

As entidades respondentes relataram que engajaram 70 empresas.

Investimentos em produtos específicos foco ESG

33% das EFPCs afirmaram realizar investimentos com foco em governança corporativa ou sustentabilidade e FIPS temáticos.



Sumário

GRI



CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS			
Indicador GRI	Descrição do Indicador	Localização	Página
ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
G4-1	Declaração do presidente.	Mensagem do Diretor-Presidente	7
G4-2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	Introdução	9
PERFIL ORGANIZACIONAL			
G4-3	Nome da organização.	Introdução	9
G4-4	Principais marcas, produtos e serviços.	Introdução	9
G4-5	Localização da sede da organização.	Contra capa	
G4-6	Países nos quais a organização opera.	Não relatado	
G4-7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização.	Introdução	9
G4-8	Mercados em que a organização atua.	Desempenho Econômico - Perfil do Setor	25,26
G4-9	Porte da organização.	Desempenho Econômico - Patrimônio e Resultado	26
G4-10	Número total de empregados.	Dimensão Social - Público Interno	39
G4-11	Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.	Dimensão Social - Público Interno - Associação Sindical	41
G4-12	Cadeia de fornecedores da organização.	A Previdência Complementar no Brasil - Os Stakeholders das EFPCs - Engajando a Cadeia de Valor	17
G4-13	Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório.	Não relatado	
G4-14	Princípio da Precaução.	Não relatado	
G4-15	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas subscritas ou endossadas.	Histórico das ações desenvolvidas pela Abrapp	19
G4-16	Participação em associações e/ou organismos.	Histórico das ações desenvolvidas pela Abrapp	19,20
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES			
G4-17	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização.	ANEXO I	85
G4-18	Processo para definição do conteúdo do relatório e os limites dos aspectos.	Relatório de Sustentabilidade 2013 da Abrapp - Apresentação da pesquisa	21
G4-19	Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.	Não relatado	
G4-20	Limite do aspecto dentro da organização.	Não relatado	
G4-21	Limite do aspecto fora da organização.	Não relatado	
G4-22	Efeitos de reformulações anteriores de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações.	Não relatado	
G4-23	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em escopo e limites de aspecto.	Não relatado	
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS			
G4-24	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização.	A Previdência Complementar no Brasil - Os Stakeholders das EFPCs - Engajando a Cadeia de Valor	17
G4-25	Base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento.	A Previdência Complementar no Brasil - Os Stakeholders das EFPCs - Engajando a Cadeia de Valor	16,17,18
G4-26	Abordagem adotada pela organização para envolver os stakeholders, inclusive a frequência do seu engajamento discriminada por tipo e grupo, com uma indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	Histórico das ações desenvolvidas pela Abrapp	19,20

G4-27	Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders e medidas adotadas para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatá-las. Relate os grupos de stakeholders que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas.	Histórico das ações desenvolvidas pela Abrapp	19,20
--------------	---	---	-------

PERFIL DO RELATÓRIO

G4-28	Período coberto pelo relatório.	Introdução	9
G4-29	Data do relatório anterior mais recente.	Relatório de Sustentabilidade 2013 da Abrapp	11
G4-30	Ciclo de emissão de relatórios.	Relatório de Sustentabilidade 2013 da Abrapp	11
G4-31	Dados para contato.	Não relatado	
G4-32	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	Sumário GRI	75
G4-33	Política e prática relativa à busca de verificação externa.	Não relatado	

GOVERNANÇA

G4-34	Estrutura de governança.	Governança Corporativa e Transparência - Estruturas e Instrumentos de Governança	29
G4-35	Processo de delegação de responsabilidade para questões econômicas, ambientais e sociais vindas do mais alto órgão de governança para altos executivos e outros empregados.	Não relatado	
G4-36	Relate se a organização nomeou um cargo ou cargos com nível executivo com responsabilidades sobre de questões econômicas, ambientais e sociais e se os titulares dos cargos podem reportar diretamente ao mais alto órgão de governança.	Não relatado	
G4-37	Processo de consulta e /ou canal de comunicação entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança, sobre questões econômicas, sociais e ambientais.	Não relatado	
G4-38	Composição do mais alto órgão de governança e os comitês.	Governança Corporativa e Transparência - Estruturas e Instrumentos de Governança	30
G4-39	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).	Não relatado	
G4-40	Nomeação e processos de seleção para o mais alto órgão de governança e de suas comissões, e quais são os critérios utilizados para nomear e selecionar os membros do mais alto órgão de governança.	Governança Corporativa e Transparência - Estruturas e Instrumentos de Governança	30
G4-41	Processos no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados e gerenciados.	Não relatado	
G4-42	Papel do mais alto órgão de governança para o desenvolvimento, aprovação e atualização dos propósitos, valores ou declarações de missão, estratégias, políticas e metas relacionadas aos impactos econômicos, ambientais e sociais.	Não relatado	
G4-43	Medidas tomadas para desenvolver e melhorar o conhecimento coletivo de temas econômicos, ambientais e sociais do mais alto órgão de governança.	Estruturas e Instrumentos de Governança	32
G4-44	Processos de avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança em relação a governança de temas econômicos, ambientais e sociais. Informar se a avaliação é independente e qual é a sua frequência informar se tal avaliação é uma autoavaliação.	Não relatado	
G4-45	Papel do mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos econômicos, ambientais e sociais, riscos e oportunidades e na implementação do processo de diligência.	Não relatado	



G4-46	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Não relatado	
G4-47	Frequência que o mais alto órgão de governança faz a revisão de impactos econômicos, ambientais e sociais impactos, riscos e oportunidades.	Não relatado	
G4-48	Comissão ou função de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade da organização e garante que todos os aspectos relevantes sejam abordados.	Não relatado	
G4-49	Mecanismos para que recomendações sejam feitas ao mais alto órgão de governança.	Não relatado	
G4-50	Natureza e número total de questões críticas que foram comunicados ao mais alto órgão de governança e os mecanismos utilizados para tratá-los e resolvê-los.	Não relatado	
G4-51	Política de remuneração para o mais alto órgão de governança e executivos seniores.	Não relatado	
G4-52	Processo para determinar a remuneração. Informe se consultores de remuneração estão envolvidos na determinação da remuneração e se eles possuem cargos independentes.	Não relatado	
G4-53	Como opiniões dos stakeholders são solicitadas e levadas em consideração em relação à remuneração, incluindo os resultados das votações em relação às políticas de remuneração e propostas, se aplicável.	Não relatado	
G4-54	Relação entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país de operações significativas e o total de remuneração média anual para todos os funcionários (excluindo o indivíduo mais bem pago), no mesmo país.	Não relatado	
G4-55	Proporção de aumento na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país de operações significativas e a média do aumento percentual anual para todos os funcionários (excluindo o indivíduo mais bem pago), no mesmo país.	Não relatado	
G4-56	Descreva os valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.	Governança Corporativa e Transparência - Código de Ética ou Conduta	60,64
G4-57	Mecanismos para orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento.	Governança Corporativa e Transparencia - Relacionamento com as partes interessadas - Relacionamento com Participantes e Assistidos	33
G4-58	Mecanismos internos e externos para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos.	Dimensão Social - Valorização da Diversidade e Inclusão Social	39

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS**CATEGORIA: ECONÔMICA****DESEMPENHO ECONÔMICO**

EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído.	Não relatado	
EC2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	Não relatado	
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	Não relatado	
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do Governo.	Não relatado	
PRESENÇA NO MERCADO			
EC5	Varição da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	Não relatado	
EC6	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	Não relatado	

IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS

EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos.	Não relatado	
EC8	Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos.	Não relatado	

PRÁTICAS DE COMPRA

EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	Não relatado	
-----	---	--------------	--

CATEGORIA AMBIENTAL**MATERIAIS**

EN1	Materiais usados por peso ou volume.	Não relatado	
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	Meio Ambiente - Materiais	45

ENERGIA

EN3	Consumo de energia dentro da organização.	Meio Ambiente - Consumo de Energia	46
EN4	Consumo de energia fora da organização.	Meio Ambiente - Consumo de Energia	46
EN5	Intensidade energética.	Meio Ambiente - Consumo de Energia	46
EN6	Redução do consumo de energia.	Meio Ambiente - Consumo de Energia e Ecoeficiência	46
EN7	Redução nos requisitos energéticos.	Meio Ambiente - Consumo de Energia e Ecoeficiência	46

ÁGUA

EN8	Total de retirada de água por fonte.	Não relatado	
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	Não relatado	
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	Meio Ambiente - Ecoeficiência	47

BIODIVERSIDADE

EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Não aplicável	
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Não aplicável	
EN13	Habitats protegidos ou restaurados.	Não aplicável	
EN14	Número de espécies na lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	Não aplicável	

EMISSÕES

EN15	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso. escopo 1.	Não aplicável	
EN16	Total de emissões indiretas de gases de efeito estufa, por peso. escopo 2.	Não aplicável	
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso. escopo 2.	Não aplicável	
EN18	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa.	Não aplicável	
EN19	Redução de emissões de gases de efeito estufa.	Meio Ambiente - Emissões, efluentes e resíduos	
EN20	Emissões de substância destruidora da camada de ozônio, por peso.	Não aplicável	
EN21	Emissões de NO ₂ , SO ₂ e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	Não aplicável	

**EFLUENTES E RESÍDUOS**

EN22	Descarte total de água, por tipo e métodos de disposição.	Não relatado	
EN23	Peso total de resíduos, por tipo e métodos de disposição.	Não relatado	
EN24	Número e volume total de derramamentos significativos.	Não relatado	
EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – anexos i, ii, iii e Viii, e percentual de resíduos transportados internacionalmente.	Não relatado	
EN26	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes e drenagem de água realizados pela organização.	Não relatado	

PRODUTOS E SERVIÇOS

EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços.	Meio Ambiente - Ecoeficiência, Emissões, efluentes e resíduos/outras ações ambientais	
EN28	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos.	Não aplicável	

CONFORMIDADE

EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	Não aplicável	
------	---	---------------	--

TRANSPORTES

EN30	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados.	Não aplicável	
------	--	---------------	--

GERAL

EN31	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	Não relatado	
------	--	--------------	--

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

EN32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.	Não relatado	
EN33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	Não relatado	

MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS AMBIENTAIS

EN34	"Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal."	Não relatado	
------	---	--------------	--

CATEGORIA SOCIAL**PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DESCENTE****EMPREGO**

LA1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.	Dimensão Social - Público Interno	39
LA2	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral, mas não a empregados temporários ou em regime de meio período.	Dimensão Social - Benefícios	39
LA3	Taxa de retorno e retenção de empregados com direito a tirar licença maternidade/paternidade, discriminado por gênero.	Não relatado	

RELAÇÕES TRABALHISTAS

LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva.	Não relatado	
-----	--	--------------	--

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

LA5	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde no trabalho.	Dimensão Social - Saúde, Segurança e Qualidade de Vida	43
LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero.	Não relatado	
LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação.	Não relatado	
LA8	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	Dimensão Social - Público Interno - Associação Sindical	43

TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

LA9	Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional.	Dimensão Social - Público Interno - Gestão de Carreira	43
LA10	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	Dimensão Social - Público Interno - Gestão de Carreira	43
LA11	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional.	Dimensão Social - Público Interno - Gestão de Carreira	43

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	Dimensão Social - Público Interno - Raça	40
------	---	--	----

IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS

LA13	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes.	Dimensão Social - Público Interno - Gênero	
------	---	--	--

AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM PRÁTICAS TRABALHISTAS

LA14	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas.	Não relatado	
LA15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	Não relatado	

MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A PRÁTICAS TRABALHISTAS

LA15	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	Não relatado	
------	--	--------------	--

DIREITOS HUMANOS**INVESTIMENTOS**

HR1	Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos.	Não relatado	
HR2	Número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a Aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados.	Não relatado	

**NÃO DISCRIMINAÇÃO**

HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.	Não relatado
-----	--	--------------

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

HR4	"Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito".	Não relatado
-----	---	--------------

TRABALHO INFANTIL

HR5	"Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil".	Não relatado
-----	---	--------------

TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

HR6	"Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo".	Não relatado
-----	--	--------------

PRÁTICAS DE SEGURANÇA

HR7	Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações.	Não relatado
-----	--	--------------

DIREITOS INDÍGENAS

HR8	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito.	Não relatado
-----	--	--------------

AVALIAÇÃO

HR9	Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos.	Não relatado
-----	---	--------------

AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM DIREITOS HUMANOS

HR10	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos.	Não relatado
------	--	--------------

HR11	Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	Não relatado
------	---	--------------

MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A DIREITOS HUMANOS

HR12	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	Não relatado
------	---	--------------

SOCIEDADE**COMUNIDADES LOCAIS**

SO1	Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local.	Dimensão Social - Voluntariado e Engajamento Social	43
-----	--	---	----

SO2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais.	Não relatado	
-----	--	--------------	--

COMBATE A CORRUPÇÃO

SO3	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados.	Desempenho das Empresas Investidas - Código de Ética ou Conduta	64
-----	---	---	----

SO4	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção.	Desempenho das Empresas Investidas - Código de Ética ou Conduta	64
-----	--	---	----

SO5	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.	Não relatado	
-----	---	--------------	--

POLÍTICAS PÚBLICAS

SO6	Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário.	Governança Corporativa e Transparencia - Relacionamento com as partes interessadas - Relacionamento com Governo e Sociedade Civil	36
-----	--	--	----

CONCORRÊNCIA DESLEAL

SO7	Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	Não relatado	
-----	---	--------------	--

CONFORMIDADE

SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos.	Não relatado	
-----	---	--------------	--

AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM IMPACTOS NA SOCIEDADE

SO9	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade.	Não relatado	
SO10	Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito.	Não relatado	

MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS NA SOCIEDADE

SO11	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	Não relatado	
------	--	--------------	--

RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO**SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE**

PR1	Percentual de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.	Não relatado	
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	Não relatado	

ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS

PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências .	Não relatado	
PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultados.	Não relatado	
PR5	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente.	Governança Corporativa e Transparencia - Relacionamento com as partes interessadas - Relacionamento com Participantes e Assistidos	34

COMUNICAÇÃO E MARKETING

PR6	Venda de produtos proibidos ou contestados.	Não relatado	
PR7	"Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados".	Não relatado	

PRIVACIDADE DO CLIENTE

PR8	Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.	Não relatado	
-----	---	--------------	--

CONFORMIDADE

PR9	Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	Não relatado	
-----	---	--------------	--

CONTEÚDOS SUPLEMENTO SERVIÇOS FINANCEIROS**PORTFÓLIO DE PRODUTOS**

FS1	Política de investimento que considere temas ambientais, sociais e de governança corporativa.	Investimentos Sustentáveis - Investimento Responsável	53
FS2	Procedimentos para avaliação e classificação de riscos ambientais e sociais nas linhas de negócios.	Investimentos Sustentáveis - Investimento Responsável	54
FS3	Processos para o monitoramento da implantação, por parte do cliente, do cumprimento de exigências ambientais e sociais incluídas em contratos ou transações.	Investimentos Sustentáveis - Investimento Responsável	55
FS4	Processo(s) para melhorar a competência do pessoal na implantação das políticas e procedimentos ambientais e sociais aplicados nas linhas de negócios.	Investimentos Sustentáveis - Investimento Responsável	56
FS5	Interações com clientes/investidores/parceiros comerciais em relação a riscos e oportunidades ambientais e sociais	Investimentos Sustentáveis - Investimento Responsável	55
FS6	Porcentagem da carteira de linhas de negócios por região específica, por porte (ex. micro/pequena e média/grande) e por setor.	Investimentos Sustentáveis - Investimento Responsável	56
FS7	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício social específico para cada linha de negócio, divididos por finalidade.	Não relatado	
FS8	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício ambiental específico para cada linha de negócio, divididos por finalidade.	Não relatado	

AUDITORIA

FS9	Abrangência e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais, e procedimentos de avaliação de riscos.	Não relatado	
-----	---	--------------	--

PARTICIPAÇÃO ATIVA

FS10	Percentual e número de empresas na carteira da instituição com as quais a organização interagiu em questões ambientais ou sociais.	Investimentos Sustentáveis - Investimento Responsável	55
FS11	Percentual de ativos sujeitos a triagem ambiental ou social positiva e negativa.	Investimentos Sustentáveis - Investimento Responsável	55
FS12	Política(s) de voto aplicada(s) a questões ambientais ou sociais para participações nas quais a organização declarante tem direito a ações com voto ou aconselhamento na votação.	Não relatado	

COMUNIDADE

FS13	Pontos de acesso em áreas pouco populosas ou em desvantagem econômica, por tipo.	Não relatado	
FS14	Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros de pessoas com deficiências.	Governança Corporativa e Transparencia - Relacionamento com as partes interessadas - Relacionamento com Participantes e Assistidos	34

ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS

FS15	Políticas para o bom desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros.	Não relatado	
FS16	Iniciativas para melhorar a educação financeira, por tipo de beneficiário.	Governança Corporativa e Transparências - Iniciativas de Educação Financeira e Previdenciária	34

Anexos



ANEXO I

EFPCs participantes desta edição	
BB PREVIDÊNCIA – BB PREVIDÊNCIA FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL	FUNDAÇÃO SICOOB DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CAPEF – CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE BRASIL	FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
CARGILLPREV – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	FUNDAMBRAS – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CBS – CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL	GEAPPREVIDÊNCIA
CELPOS – FUNDAÇÃO CELPE DE SEGURIDADE SOCIAL	ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO
CENTRUS – FUNDAÇÃO BANCO CENTRAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	INERGUS – INSTITUTO ENERGIPE DE SEGURIDADE SOCIAL
ECOS – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A.	INFRAPREV – INSTITUTO INFRAERO DE SEGURIDADE SOCIAL
ELETRA – FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	MENDESPREV – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
FAELBA – FUNDAÇÃO COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	PETROS – FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL
FAPES – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES	PREVDOW SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
FIPECQ – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPQ, DO INPE E DO INPA	PREVHAB – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
FORLUZ – FUNDAÇÃO FORLUMINAS DE SEGURIDADE SOCIAL	PREVI – CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
FUNBEP – FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO	PREVICOKE – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
FUNCASAL – FUNDAÇÃO CASAL DE SEGURIDADE SOCIAL	PREVIG – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
FUNDAÇÃO ALBINO SOUZA CRUZ - FASC	PREVINORTE – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
FUNDAÇÃO CESP	REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	SABESPREV – FUNDAÇÃO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL
FUNDAÇÃO ENERSUL	SIAS – SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE
FUNDAÇÃO ITAIPU BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA DATAPREV – PREVDATA
FUNDAÇÃO ITAU UNIBANCO - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	URANUS – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL	VALIA – FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL
FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL	VISÃO PREV SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
FUNDAÇÃO REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL	WEG – SEGURIDADE SOCIAL

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Atuação Abrapp
Figura 2 – Estrutura geral do Sistema de Previdência no Brasil
Figura 3 – Estrutura de funcionamento de EFPCs patrocinadas por empresas estatais e públicas, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Figura 4 – Programa de Educação Financeira e Previdenciária
Figura 5 – Histórico de índices pelo mundo

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Total de contribuições das EFPCs
Gráfico 2 – Total de contribuições correntes
Gráfico 3 – Pagamento de benefícios das EFPCs
Gráfico 4 – Benefícios de prestação continuada
Gráfico 5 – Perfil das EFPCs brasileiras por tipo de patrocínio e localização
Gráfico 6 – Evolução dos ativos
Gráfico 7 – Percentual dos ativos totais X PIB brasileiro
Gráfico 8 – Evolução dos ativos por tipo de investimento
Gráfico 9 – Comitês instituídos pelas EFPCs da pesquisa
Gráfico 10 – Instrumentos de governança corporativa das EFPCs da pesquisa
Gráfico 11 – Idade dos empregados das EFPCs
Gráfico 12 – Perfil de gênero dos empregados das EFPCs
Gráfico 13 – Empregados por etnia
Gráfico 14 – Empregados por etnia - Conselho
Gráfico 15 – Empregados por etnia - Presidência
Gráfico 16 – Empregados por etnia - Gerência
Gráfico 17 – Empregados por etnia - Coordenação
Gráfico 18 – Empregados por etnia - Funcionais
Gráfico 19 – Ações de consumo consciente adotadas pelas EFPCs
Gráfico 20 – Práticas de ecoeficiência das EFPCs
Gráfico 21 – EFPCs que consideram temas ambientais, sociais e de governança corporativa em sua estratégia de investimentos
Gráfico 22 – Temas adotados pelas EFPCs na política de investimentos
Gráfico 23 – Recursos disponíveis para adoção de critérios ambientais, sociais e de governança corporativa nas estratégias de investimentos
Gráfico 24 – Fator que determina a necessidade de avaliação de um risco socioambiental em uma decisão de investimento
Gráfico 25 – Percentual das EFPCs que investem em produtos específicos com adicionalidades socioambientais
Gráfico 26 – Percentual de investimento em produtos com adicionalidades socioambientais em relação ao total de ativos investidos pela EFPC
Gráfico 27 – Diretrizes seguidas para divulgação de balanço social, relatório de sustentabilidade ou similar
Gráfico 28 – Patrocinadores e instituidores que realizam reduções em aspectos ambientais
Gráfico 29 – Ações adotadas por patrocinadores e instituidores
Gráfico 30 – Ações de valorização da diversidade
Gráfico 31 – Setores de atuação das organizações pesquisadas
Gráfico 32 – Nível de governança segundo critérios da BM&FBOVESPA
Gráfico 33 – Percentual de empresas investidas que adotam estratégias para abordar temas ligados à ética e à corrupção
Gráfico 34 – Percentual de empresas Investidas que realizam ações
Gráfico 35 – Programa para valorização da diversidade

Consultoria



ABRAPP

**ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades
Fechadas de Previdência Complementar**

www.portaldosfundosdepensao.org.br

Tel.: (11) 3043.8777

Fax: (11) 3043.8778/3043.8780

Av. das Nações Unidas, 12551

20º andar – Brooklin Novo

04578-903 – São Paulo – SP

 @abrapp

 www.facebook.com/abrapp

